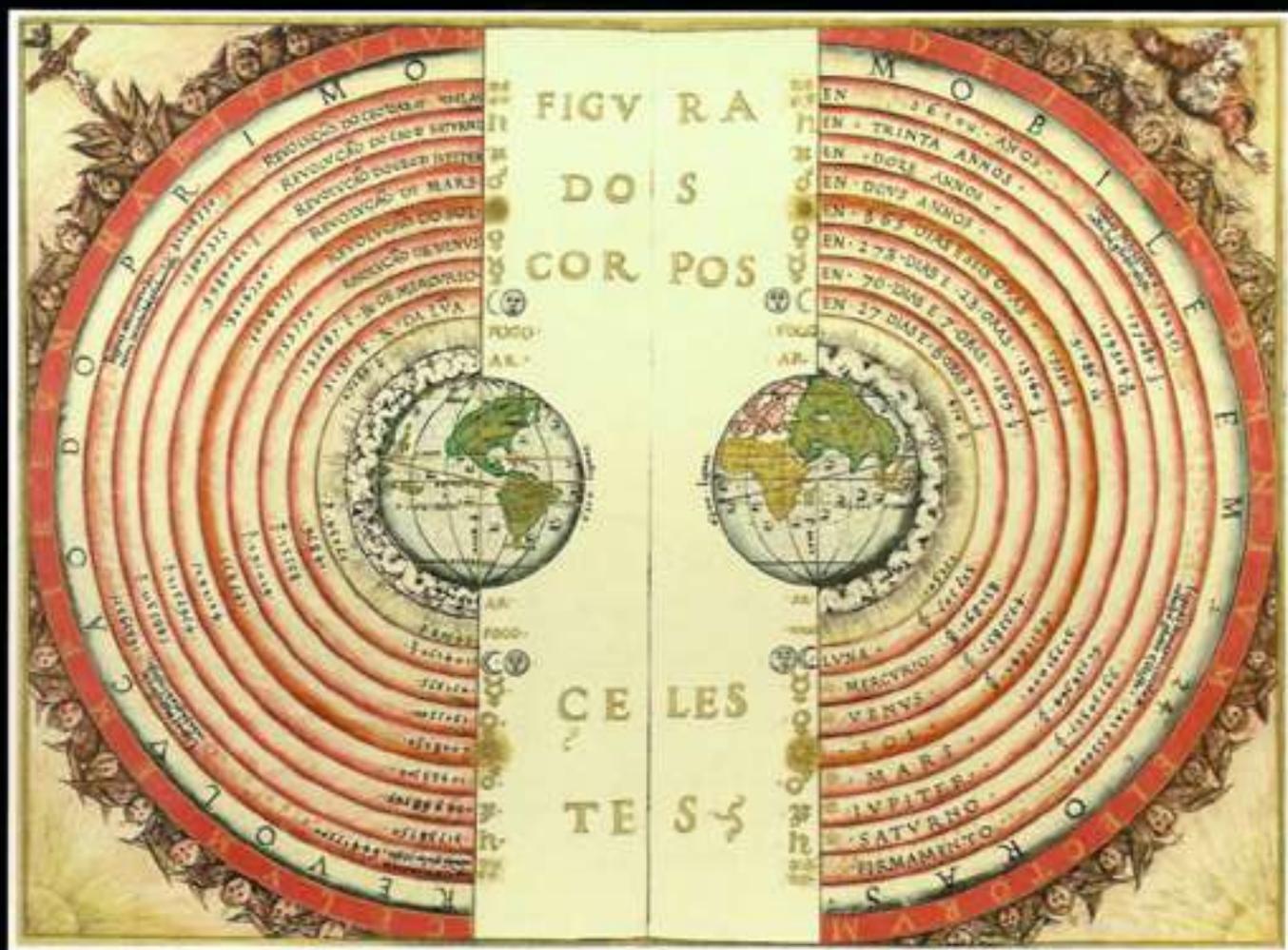


DIÁLOGO PRELO

17

REVISTA DA IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

1987/OUTUBRO-DEZEMBRO



DIÁLOGO NORTE
SUL



Revista trimestral
ISSN 0871-6430

Propriedade

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

Director

Diogo Pires Aurélio

*Direcção, Redacção
e Administração*

R. de D. Francisco Manuel de
Melo, 5, 5.º

1092 Lisboa Codex

Telef. 693414

Telex 15328 INCM CP

Distribuição

Diglivro

Rua das Chagas, 2, 1200 Lisboa

Composição e impressão

Oficinas gráficas da INCM

Preços

Número avulso 500\$00

Assinatura (4 números) 1700\$00

Este preço não se aplica aos números especiais

Tiragem

3000 exemplares



Gravura de Bartholomeu Velho, 1568. *Comographia*,
Fol. 9 v.º-10 r. Bibliothèque Nationale, Paris.

17

Outubro-Dezembro 1987



- 3 Editorial
- 7 Interdependência e solidariedade Norte-Sul, por José Mattoso
- 9 Diálogo ou discussão? por M. Jacinto Nunes
- 12 Interdependência e política económica externa, por Jorge Braga de Macedo
- 17 Diálogo Euro-Árabe no Mediterrâneo Ocidental, por Álvaro de Vasconcelos
- 23 Norte-Sul — Um diálogo de surdos? por António Maria Pereira
- 28 Homenagem a Hamlet, por Maria Lúcia Lepecki
- 37 Língua Portuguesa: a primeira das prioridades na cooperação com África, entrevista com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Durão Barroso
- 47 Cooperação cultural ACP-CEE, por Marie-Hélène Birindelli
- 51 A responsabilidade das elites nacionais, por Amadou Traoré
- 55 Influência de África na cultura europeia, entrevista com Léopold Senghor

Quinto-Quintão 1/2
1971

1971



Estado da questão

Os tempos parecem, finalmente, propícios a um diálogo digno desse nome. A Norte, descobrem-se as implicações que a médio ou curto prazo o subdesenvolvimento acarretará para as sociedades que, até há pouco, supunham poder viver à sua margem, se não à sua custa. No Sul, experimentadas que foram algumas das ilusões amalgamadas na luta pela independência nacional, caídos na rutina, um após outro, Estados que tudo indicava prometidos à prosperidade, parece agora reconhecer-se a impossibilidade do isolamento e a inviabilidade de um mapa cortado ao meio por critérios geopolíticos. De um lado e doutro, a palavra de ordem é a interdependência, que o mesmo é dizer a cooperação na independência.

A mudança que se regista é substancial. Do ponto de vista político, é cada vez mais nítida a convicção de que o alinhamento, explícito ou camuflado, não é a única solução para a defesa da soberania, sobretudo quando assenta em pressupostos maniqueístas que cerceiam o livre posicionamento dos Estados na cena internacional, ou quando inibe a necessária regulação dos conflitos internos. Do ponto de vista económico, a situação da dívida do chamado Terceiro Mundo e o arrastar da catástrofe em que vive uma boa parte dessa zona do Globo deixaram de ser problemas exclusivos da boa consciência do Ocidente, a suscitar a caridade organizada, para passarem a colocar-se no cerne das preocupações dos credores e das perspectivas dos países mais desenvolvidos. Do ponto de vista cultural, finalmente, a aposta num relativismo em que todos os conteúdos civilizacionais se equivaleriam e que norteou a acção de alguns organismos começa, actualmente, a ser substituída por um interconhecimento que não exclui a possibilidade de hierarquização de valores, nem sequer o «etnocentrismo», desde que despojado das pretensões totalizantes que noutros tempos o caracterizaram.

Uma tal viragem na mentalidade que presidiu durante décadas ao relacionamento entre povos ex-colonizadores e povos ex-colonizados não está, porém, isenta de perplexidades, se é que já se extinguiram

de todo os ressentimentos mais ou menos antigos e os ajustes de contas que lhes estavam subjacentes. Detectaram-se erros e rejeitaram-se percursos, mas talvez ninguém esteja ainda na posse de receitas definitivas. Além de que as situações calamitosas, desde a guerra à fome, desde o caos administrativo à violação dos direitos humanos, passando pela generalizada instabilidade social e política, persistem em continentes inteiros perante a passividade ou a impotência de muitos. Como enfrentá-las num contexto onde as atitudes paternalistas se revelam caducas e onde a pretensa abnegação de alguns se faz pagar a preços, regra geral, proibitivos?

Tudo isto, que toca em muito a comunidade internacional no seu conjunto, vem questionar particularmente uma Europa donde se arredou a confiança de outrora, quando parecia que a assimilação dos seus valores pelo resto do planeta se faria sem sobressaltos e pela mão apenas de um progresso linear e positivisticamente encarado, mas que volta de novo a tomar consciência do seu papel na actual encruzilhada. A iniciativa do Conselho da Europa actualmente em curso e que tem por lema «a interdependência e solidariedade Norte-Sul» é disso testemunho. O apoio e empenhamento que Portugal lhe manifesta, depois de há três anos a ter sugerido, só vem confirmar que uma tal realização se conjuga, não apenas com os princípios norteadores de um vector da política externa cultivada por sucessivos governos, mas também e sobretudo com um projecto nacional de raízes que mergulham na história e que, através de vicissitudes de vária natureza, se perfila desde há séculos como componente irrecusável da experiência portuguesa.

Foram estas, em resumo, as principais razões que nos levaram a tentar uma primeira abordagem do tema, nas páginas de uma revista onde tantas vezes se ensaiou já idêntico percurso para outros aspectos da vida portuguesa. Fazemo-lo, obviamente, em sintonia com a iniciativa do Conselho da Europa atrás referida, mas sem esquecer a obrigatória referência aos Descobrimentos que, na hora actual, se impõe à reflexão. Tempos houve em que essa referência foi considerada impertinente para um diálogo como aquele de que hoje se fala, de tal maneira a abstracção ideológica se quis sobrepor à experiência concreta da nação, experiência acumulada durante séculos que viria, afinal, a condicionar irremediavelmente as opções

assumidas. Como os factos demonstram, esse tempo já passou, pelo menos no que diz respeito à questão em apreço. O papel que Portugal possa desempenhar em África talvez seja ainda discutível quanto ao modo de o exercer e quanto às áreas de possível incidência. Seja como for, ele insere-se entre os imperativos geográficos e históricos que se nos apresentam e só por equívoco se recusariam as aptidões específicas que o passado empresta para tal designio. Bem vistas as coisas, a própria cultura portuguesa só se deixará compreender enquanto antecipação desse mesmo diálogo entre culturas, que lhe marcou a génese e continua a solicitar os projectos.

Diogo Pires Aurélio

Na página seguinte, foto da autoria de Moira Forjaz, reproduzida do álbum *Muipini, Ilha de Moçambique*, Lisboa, INCM, 1983. São da mesma autora e da mesma fonte as ilustrações das pp. 14, 40 e 49.



Interdependência e solidariedade Norte-Sul

por José Mattoso

A reunião que se vai realizar em Lisboa em Abril de 1988, e que terá por tema «Interdependência e desenvolvimento culturais», integra-se na campanha que o Conselho da Europa prepara para o próximo ano, acerca da interdependência e solidariedade Norte-Sul. Trata-se da complexa e difícil tarefa de promover o diálogo entre os Estados membros do Conselho da Europa e os países do chamado «Terceiro Mundo».

A reunião de Lisboa não poderá deixar de acentuar o papel que os países da Península Ibérica sempre desempenharam no diálogo Norte-Sul. Com efeito, a fractura que outrora separava a Cristandade do Islão, em virtude de diferenças étnicas e religiosas, transferiu-se hoje para a que opõe os países que controlam o desenvolvimento tecnológico e científico aos que estão, neste domínio, em condições de inferioridade. As preocupantes divergências a que esta oposição dá lugar suscitam reflexões sobre o tema agora escolhido pelo Conselho da Europa, como outrora o antagonismo causador das Cruzadas inspirava tentativas de diálogo do género das que foram ensaiadas por Afonso X, *o Sábio*, ou por Raimundo Lull.

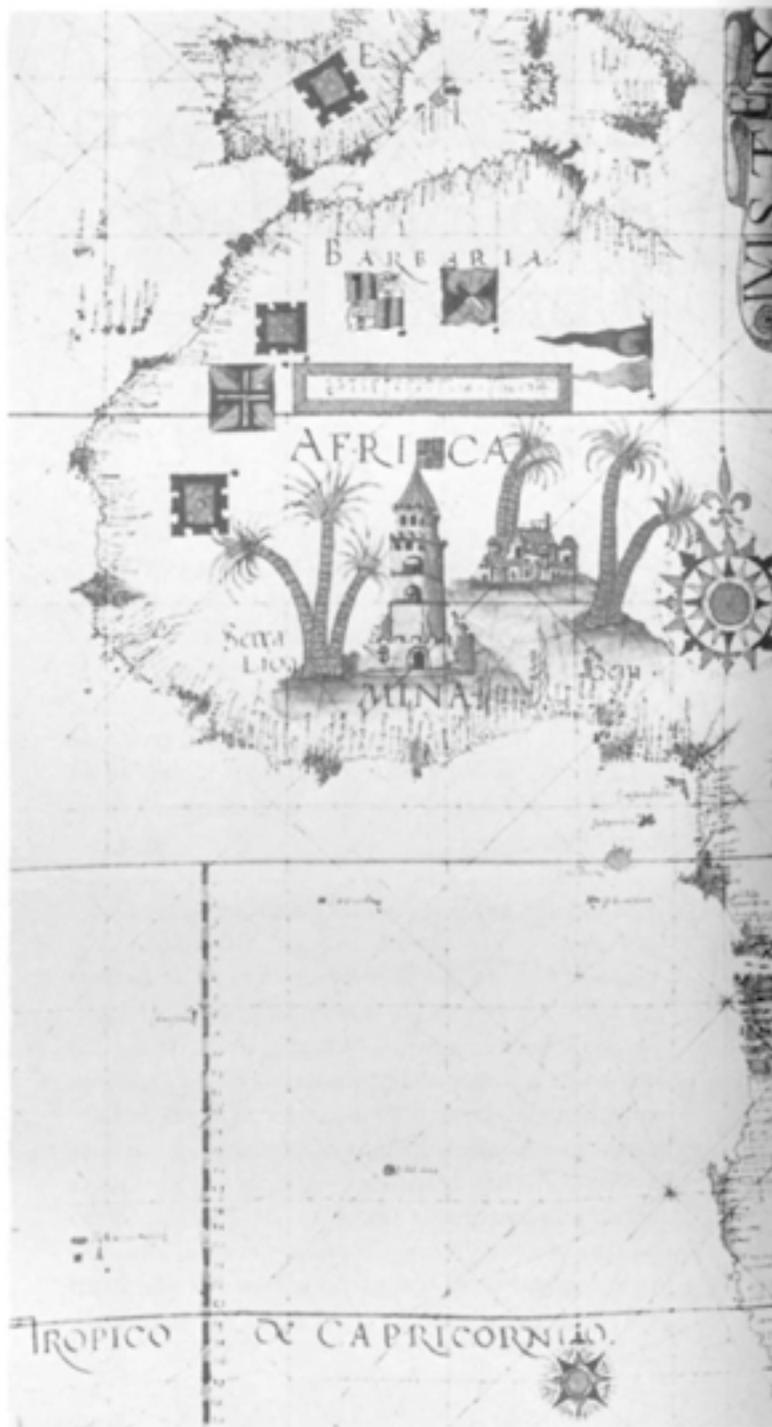
Mais profundamente, porém, do que estas tentativas isoladas e conduzidas por intelectuais, interessa reflectir sobre os processos de aculturação espontânea e secularmente prolongada que se viveram na Península Ibérica e de que brotaram verdadeiras sínteses civilizacionais, como reverso e compensação das violências praticadas durante a Reconquista. De modos e por caminhos nem sempre coincidentes, Portugal e a Espanha são as duas nações da Europa onde, com mais conhecimento de causa, se pode reflectir sobre os resultados de uma situação ora de confronto e violência, ora de diálogo e integração. Dela resultaram as suas próprias identidades nacionais. A comparação das atitudes dos dois países, fazendo ressaltar as semelhanças e diferenças, será, sem dúvida, extremamente esclarecedora. Ela sublinhará, provavelmente, o carácter predominantemente pacífico, tolerante e não ideológico dos Portugueses e a facilidade com que sempre estabeleceram relações vivenciais com outros povos e culturas.

Não menos importante será estudar o papel que ambas as nações, Portugal e a Espanha, também de modo diferente, desempenharam nos contactos com o Terceiro Mundo, entre os séculos XV e XVIII. De

facto, a anterior situação de fronteira que tinha feito da Península Ibérica o lugar privilegiado da osmose entre a cultura islâmica e a europeia preparou-as a ambas para contactos, ora violentos, ora pacíficos, com os povos africanos, americanos e asiáticos, e para novas experiências de interdependência e de solidariedade. Não se pode esquecer que, mesmo quando tais confrontos foram violentos e destruidores, como aconteceu sobretudo na América espanhola, nunca deram lugar à supressão total das etnias e civilizações anteriores, como aconteceu nas regiões colonizadas por países da Europa do Norte, que não tinham conhecido no passado situações de contactos prolongados com outros povos semelhantes às vividas pelos países da Europa mediterrânica.

Esta experiência histórica deveria ser comparada também com outras de sentido diferente, em particular da França do Sul, da Itália, da Jugoslávia e da Grécia, que passaram igualmente por variadas formas de confronto e de diálogo com civilizações não europeias, geralmente por intermédio do Islão, e que responderam a elas de maneira peculiar. E comparada ainda, por outro lado, com as dominadas pelo imperialismo europeu do período de expansão económica e política da era colonial, conduzidas sobretudo pelos países da Europa do Norte, e que tão grandes traumatismos causaram a nível internacional, quaisquer que fossem as causas profundas das perturbações a que deram lugar.

A referência a estes antecedentes históricos não deverá, em todo o caso, justificar uma abordagem exclusivamente histórica dos problemas em causa, mas apenas convidar a situar numa perspectiva de «longa duração» fenómenos culturais que têm, indubitavelmente, raízes profundas. É indispensável, obviamente, estudar também os fenómenos de natureza económica, política ou antropológica que condicionam a interdependência e o desenvolvimento culturais no diálogo Norte-Sul.



Diálogo ou discussão?

por M. Jacinto Nunes

1. Quando, a propósito do relacionamento entre os países subdesenvolvidos e os países desenvolvidos, se fala do diálogo Norte-Sul, admite-se naturalmente que esse relacionamento se vai processar em termos de diálogo mais ou menos amigável.

E dizemos «mais ou menos» porque o processo que se vem desenvolvendo desde a década de 60 é, em geral, um diálogo-discussão, e discussão acesa.

Quem lê os comunicados finais das reuniões dos vários arcópagos onde se desenvolve esse diálogo pode ser confundido pelo tom conciliatório. Mas quem assistiu a esses debates, como sucedeu conosco no Comité de Desenvolvimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, onde se juntam o Grupo dos 24 (subdesenvolvidos) e dos 10 (desenvolvidos), assiste a disputas ásperas e a diálogos de surdos.

Há, todavia, que reconhecer que desde a publicação do chamado Relatório Brandt, em 1980, alguns passos se deram na cooperação Norte-Sul: mais do que prevíamos quando da saída do Relatório.

Mas é tudo tão pouco...

E mais, estabeleceu-se neste diálogo um *bargaining* comum, o qual não devia verificar-se. Perante as

suas imensas carências, os países menos evoluídos apresentam pedidos justificáveis face à sua situação real, mas cuja satisfação afectaria significativamente a economia dos países desenvolvidos.

Estes aproveitam o exagero para ficar aquém do razoável.

2. A manifestação actual mais evidente das dificuldades dos países subdesenvolvidos é o endividamento externo, que assumiu verbas que podem considerar-se astronómicas.

A situação dos devedores não é a mesma. Embora em termos absolutos a dívida dos países africanos seja mais baixa, o seu pagamento levanta dificuldades muito maiores, dado o seu maior grau de desenvolvimento em relação aos países latino-americanos, com dívidas mais vultosas.

Tem havido perdões de dívida (principalmente em relação a países africanos — foi o caso da Suécia) e principalmente rescalonamento do pagamento até vinte anos e com «períodos de graça», que os devedores gostariam atingissem os dez anos.

É óbvio que aparecem os defensores do «apagamento» da dívida. As consequências seriam graves,



não só no funcionamento presente do sistema financeiro internacional, mas também no relacionamento futuro entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O Plano Baker, se não tem tido grandes êxitos, seria no futuro pura e simplesmente inconcebível. Os bancos privados não fariam mais empréstimos puros aos países em vias de desenvolvimento.

Facilitação das condições de pagamento, até ao máximo possível, é o caminho indicado. Perdão de certos empréstimos estatais, nos casos de países com maior desafogo financeiro, ou da existência de laços especiais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é igualmente aceitável, tal como ainda em relação a países em situação económica muito grave. Pura e simplesmente o perdão generalizado não se afigura possível e era altamente inconveniente, pelos prejuízos graves que ocasionaria nos países ricos e pela irresponsabilidade que passaria a reinar nos países devedores.

3. Diz-se que os economistas têm modas, e desde a década de 60 — que foi declarada a década do desenvolvimento — que o subdesenvolvimento está na moda. Como dissemos então, afigurava-se-nos que «era andaina que os economistas teriam de vestir por longo tempo». Já vamos no fim da terceira década do desenvolvimento. Quantas mais se seguirão? O fosso entre os desenvolvidos e alguns subdesenvolvidos é tão grande que torna arriscada qualquer previsão.

No domínio do auxílio externo, a proposta do Relatório Brandt, de concessão de 0,7 por cento do produto nacional até 1985, ficou por cumprir. Não sabemos se terá melhor sorte a proposta de concessão de 1 por cento do produto até ao ano 2000.

O objectivo da concessão de 1 por cento do produto já tinha sido fixado para 1972 (!) pela Comissão de Planificação de Desenvolvimento das Nações Unidas. Marca-se passo há um quarto de século.

Mas alguns progressos têm sido feitos noutros domínios: acordos sobre a estabilização do preço de algumas matérias-primas e o estabelecimento de tarifas preferenciais para certos produtos oriundos dos países do Terceiro Mundo. Tudo, porém, em escala reduzida, insuficiente para assegurar a estabilidade económica desses países e permitir-lhes um impulso de crescimento.

4. Está-se a verificar, há já alguns anos, e prossegue a tendência, não obstante as dificuldades que se criam, a uma transferência de população do Terceiro Mundo para os países industrializados.

Nestes, não obstante o desemprego, há profissões que os nacionais não querem desempenhar: construção civil, trabalhos domésticos, etc.

Esta tendência tem efeitos positivos e negativos. Por um lado, assegura trabalho e um nível de vida a naturais de países do Terceiro Mundo que eles não conseguiriam na sua pátria. Mas, por outro, impede a formação de uma classe intermédia relevante no desenvolvimento desses mesmos países.

Deve referir-se ainda que o fenómeno não se restringe às profissões mais modestas. Anote-se o número de médicos ou enfermeiras na Grã-Bretanha provenientes dos seus antigos territórios. Trata-se de profissões de que as nações atrasadas estão altamente carenciadas, pelo que é de lamentar que não tenham condições para tais profissionais permanecerem no seu país, ao qual podiam dar ajuda tão significativa.

5. O tratamento do problema do desenvolvimento tem sofrido sempre da visão parcelar com que é encarado, como um simples fenómeno económico do nível de capitação e de taxa de crescimento do produto.

Ora, o subdesenvolvimento tem fundas raízes culturais. A correlação analfabetismo-atraso é altamente elucidativa a este respeito.



O subdesenvolvimento tem fundas raízes culturais. A correlação analfabetismo-atraso é altamente elucidativa a este respeito. Foto UNICEF.

Invoca-se muito, até para os países medianamente desenvolvidos — Portugal, por exemplo —, a necessidade de criar uma nova atitude mental. Mas as novas atitudes mentais não se produzem numa fá-

brica, com equipamento importado ou produzido no país. A nova mentalidade forma-se na escola. Por isso, e com razão, se diz que esta é um espaço com quatro paredes à volta e o futuro lá dentro.

Interdependência e política económica externa*

por Jorge Braga de Macedo

1 Introdução

A relação entre Portugal e os países tropicais tem raízes sociais profundas, as quais se inserem nas constantes e linhas de força da política externa portuguesa. É desse modo que Portugal tem sido europeu, é essa uma dimensão relevante da cultura portuguesa. A ter de usar o conceito usual de cooperação, dir-se-á que para Portugal *é uma rua com dois sentidos*. Daí a sua relação com a interdependência.

Da interdependência nasce o conceito de *política económica externa*. Como política económica pressupõe mercado e Estado, o conceito torna claro que deve haver colaboração entre instituições públicas e privadas. Como política externa abarca todo o mundo, o conceito torna claro também que o âmbito não é exclusivamente ex-colónias.

No caso concreto de Portugal, além disso, demonstra-se que a ausência de política económica externa radica na constituição económica e no próprio sistema de governo acolhido na Constituição (alínea 2). Remetendo para a demonstração, citare-

* A alínea 6 do presente artigo foi adaptada de uma entrevista a *África*, Janeiro de 1987. Versões anteriores das restantes alíneas foram apresentadas num painel sobre «Que política de cooperação?», patrocinado pelo IDL — Instituto Amaro da Costa, em 25 de Abril de 1987, e num seminário internacional sobre Ciências Políticas, patrocinado pela UNESCO, na Universidade do Minho, em 12 de Dezembro de 1987. Agradeço a ajuda do Dr. António Mexia nesta última ocasião.

mos apenas uma forma mnemónica e alegórica: «Com siderurgia não há diplomacia!»

Nas alíneas 3 e 4, proponho duas medidas de política económica externa e sua ligação com a liberalização interna, especialmente os efeitos da privatização das empresas públicas no emprego (alínea 4).

A justificação desta abordagem ressalta da nossa história durante os últimos quarenta anos, porque foi com o Plano Marshall que começou a tensão entre liberalização *externa* (depois prosseguiu no quadro da EFTA) e política económica interna no espaço político português, na altura dita política ultramarina. Esta justificação, a florada na alínea 7, em jeito de conclusão, segue-se a uma breve discussão da crise mundial, em especial em África, numa perspectiva de interdependência (alínea 6).

2 Democracia e socialismo

Como as limitações derivadas do regime autoritário desapareceram há mais de dez anos, a aparente tolerância da ausência de política económica externa por parte da opinião pública torna-se preocupante. Admite-se, porém, que a despreocupação tenha sido mais notória a nível do aparelho de Estado do que dos agentes económicos e que a população como um todo não tenha alterado as raízes sociais da política externa.

O elemento novo e insuficientemente explorado é o exemplo português no que se refere aos direitos humanos e à democracia. Esta foi aprendida espontaneamente logo que cessaram as ameaças totalitárias mais óbvias, não sendo, pois, responsável do subdesenvolvimento português durante os mesmos dez anos.

Pelo contrário, os mitos da planificação do desenvolvimento em economias dependentes (*síndrome de*

Che Guevara) afectaram duradouramente a prosperidade do nosso país, tal como estão a afectar o desenvolvimento das ex-colónias.

Se nós aprendermos a compreender a experiência deles e a soubermos corrigir, talvez eles também aprendam a nossa experiência de democracia. Se nos recusamos a mudar o que obviamente falhou no nosso sistema económico, porém, como podemos esperar ensinar o que quer que seja a países menos desenvolvidos?

3 Investimento directo estrangeiro dos novos países industrializados

A atitude de esperar o investimento estrangeiro é errada, nomeadamente porque o destino alternativo, que é a Espanha, tem um mercado interno mais atraente e um regime muito mais aberto e desburocratizado do que o nosso.

Deve ser feito um esforço junto das multinacionais dos novos países industrializados mais do que junto dos gigantes americanos e japoneses. Esses países, como a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Hong-Kong, Malásia, Indonésia e Tailândia, no Pacífico, e Argentina, Brasil, Colómbia, Uruguai, Chile, Venezuela, na América Latina, podem retirar benefícios do patamar português para a Península Ibérica e a CEE, ao mesmo tempo que criam novas indústrias em Portugal.

Quanto ao Pacífico, acresce a extraordinária situação de Macau, cujo potencial apenas começa a ser aproveitado.

Admitindo que se mantém a actual profusão de institutos com vocação para a política económica externa, seria de criar uma secção NICs no Instituto de Investimento Estrangeiro (IIE). Igualmente urgente seria mandar membros do Governo prospectar directamente investidores potenciais nesses países.

4 Investimento e apoio técnico português em África

Os impecilhos constantes nas operações em países africanos de expressão oficial portuguesa devem ser substituídos por incentivos, em especial nos países mais pequenos, quer ex-colónias quer não.

A experiência de outros países europeus, especialmente a França, mostra a necessidade de colaboração entre o sector público e privado nesta matéria.

No entanto, a diplomacia portuguesa rege-se por um regulamento que a torna totalmente inadequada para fazer política económica externa, ao passo que as entidades com capacidade financeira, como o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal, se têm desinteressado da cooperação.

Essa situação alterou-se muito recentemente, e é possível ser optimista quanto à consciência destes problemas. Por um lado, criou-se uma associação empresarial — denominada ELO — destinada a promover essa consciência. Por outro lado, o XI Governo tem revelado um empenho considerável na área da cooperação com as ex-colónias.

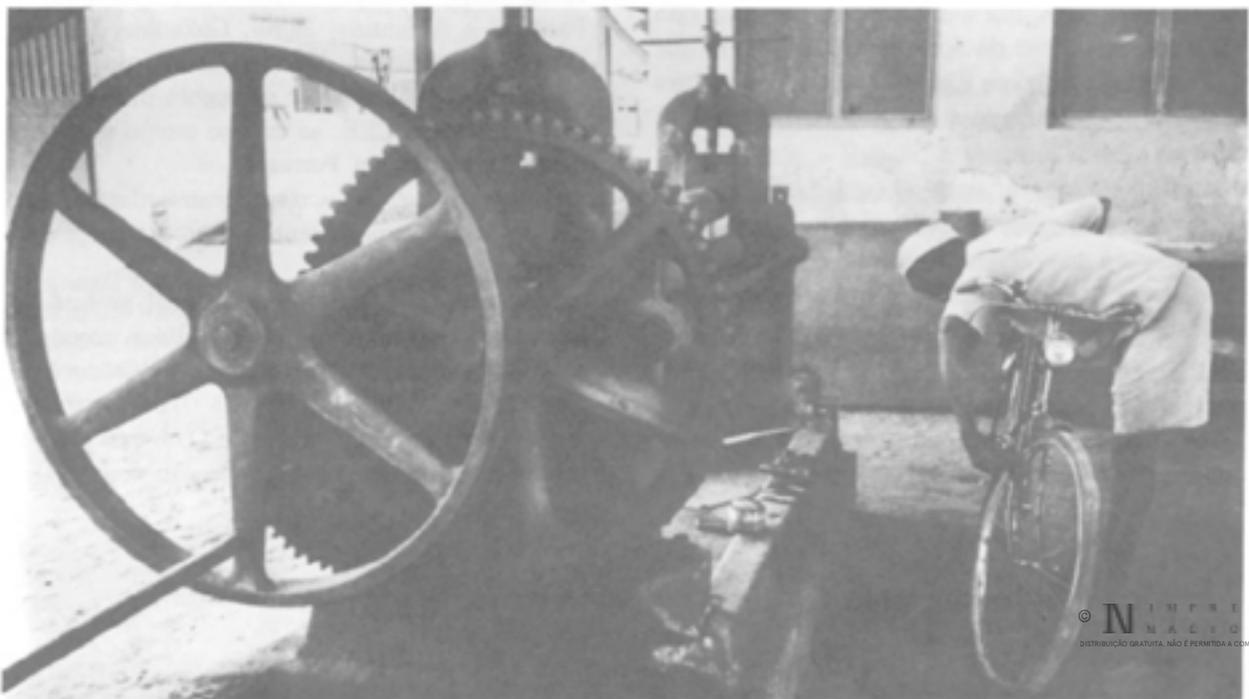
Dadas as razões sociais da política externa no que se refere à África, este pode ser um bom banco de

ensaio para uma política económica externa digna da herança dos Descobrimentos.

5 Desemprego e ligação entre 3 e 4

Como uma das melhores exportações de Portugal sempre foi trabalho qualificado e como são necessários incentivos especiais para que os trabalhadores menos produtivos das empresas públicas saiam voluntariamente, justifica-se uma acção do Estado no sentido de facilitar a colocação destes trabalhadores em países tropicais. Talvez se possa falar de uma vertente tropical para o famigerado PCEDED.

Um exemplo dessa vertente seria a articulação do Instituto para o Comércio Externo Português (ICEP) e do Instituto para a Cooperação Económica (ICE) — admitindo que dois institutos de ministérios diferentes possam actuar em consórcio — com qualquer coisa como o IATEP (Instituto de Apoio aos Trabalhadores das Empresas Públicas). Este, por seu turno, poderia inspirar-se no aparente sucesso do IARN (Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais).



6 Desconexão vs. escolha pública

Apesar da sua pequena dimensão, há muito que Portugal pode fazer para superar a crise económica africana. Basta conseguir gastar melhor o dinheiro dos contribuintes portugueses — e porventura europeus. O que passa por uma política económica externa não só em Portugal e nos países mais ricos mas também por melhor política económica interna e externa nos países mais pobres. É o requisito essencial para uma interdependência Norte-Sul que reforce a solidariedade mundial.

Existem basicamente duas escolas de pensamento. Uma — chamada da dependência sistémica — põe toda a culpa do subdesenvolvimento nas condições externas (instabilidade nos preços, no clima, etc.). Advoga por isso a desconexão e sustenta com frequência variações do síndrome de Che Guevara, quanto à planificação numa pequena economia aberta.

Outra — porventura conotada com a chamada escolha pública — põe toda a culpa nos erros de política económica dos Estados, na medida em que estes são servidos por agentes maximizadores que podem ter incentivos para espoliar os cidadãos durante o período em que estão no governo.

Julgo que no meio está a virtude e que se deve começar por aquilo que se controla, ou seja, a política pública. A escola da interdependência, embora mais próxima da escolha pública do que da dependência sistémica, pode considerar-se um compromisso entre as duas escolas.

Se isto é verdade do ponto de vista técnico, não é sempre verdade do ponto de vista político porque os governos africanos — e não só — têm manifestado uma grande propensão para a cleptocracia (como o nome indica, a cleptocracia é um regime em que o Estado visa legitimar a espoliação dos cidadãos).

Por isso se sugeriu acima que a democracia e a defesa dos direitos humanos é uma parte essencial da resolução duradoura do problema económico africano. Basta, aliás, atentar no que tem acontecido noutras áreas tropicais — como por exemplo no Pacífico, em especial nos países com maior sucesso económico — para ver que a democracia não é o luxo dos ricos.

De qualquer modo, muito há a fazer tecnicamente para melhorar a política económica nos países africanos e nas organizações internacionais com que eles lidam. Problemas como a renegociação da dívida externa, a revitalização da agricultura, a defesa dos quadros técnicos e profissionais, o fomento do espírito empresarial, ocorrem imediatamente ao espírito. Aí também houve iniciativas recentes do Banco de Portugal, do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e do ICE na área do estudo e a implementação de políticas de ajustamento estrutural em pequenos países em vias de desenvolvimento.

Aí também a actividade da ELO poderá em breve fazer-se sentir, através do estudo em curso de um modelo da cooperação portuguesa.

7 Justificação

Para justificar esta abordagem, basta contar a história da nossa liberalização externa a partir de 1948 e, no período depois de 1974, relacioná-la com a política económica interna a contraciclo.

Isso é o objecto da nossa comunicação ao colóquio do Conselho da Europa sobre Interdependência e Desenvolvimento Cultural intitulada «A integração europeia de Portugal como interdependência Norte-Sul, ou o 'modelo das descobertas' como política económica externa» (em inglês).



Diálogo Euro-Árabe no Mediterrâneo Occidental

por Álvaro de Vasconcelos

A Europa da integração económica e da cooperação política expande-se a sul, com o alargamento sucessivo à Grécia, a Portugal e à Espanha. A «mediterraneanização» da Comunidade vem dar ao diálogo Norte-Sul uma outra dimensão, consequência da proximidade cultural e geográfica destes seus novos membros em relação ao Norte de África. O pedido de adesão da Turquia e o interesse manifestado por Malta evidenciam a dinâmica do processo. Porém, este reagrupamento económico traz igualmente desafios, entre os quais avulta a maneira como dele se ressentem as exportações agrícolas dos países do Magrebe para a CEE. As dificuldades económicas e sociais, que o crescimento demográfico poderá agravar, o fundamentalismo islâmico, o terrorismo de grupos árabes ultra-radicais, o racismo antiárabe nalguns países europeus, a importância estratégica do Mediterrâneo para a Aliança Atlântica — são questões que fazem parte da complexa agenda das relações entre os países da Europa Occidental e os seus vizinhos do Sul. Estas relações só podem ser compreendidas quando analisadas no quadro mais geral de um encontro de civilizações — a latina e grega ao norte, a do Islão a sul — que têm uma

longa história de conflito e de guerra, mas têm também uma tradição de colaboração, de que o melhor exemplo recente é talvez a política mediterrânica da Comunidade Europeia.

Como diz Braudel, na partitura do Mediterrâneo os Occidentais não devem dar ouvidos somente às vozes que lhes são familiares.

Questões económicas e sociais

O Magrebe — «o Occidente» — é formado pela Mauritânia, por Marrocos, pela Argélia, pela Tunísia e pela Líbia, de acordo com a definição da maioria dos magrebinos. Para a CEE, porém, a Líbia, com quem não há acordo privilegiado, não faz parte do Magrebe, e muitas das chancelarias europeias adoptam esta definição mais restritiva. A própria Líbia não salienta a sua característica de país do Magrebe, embora o efémero tratado da União Árabe Líbio-Marroquina a mencionasse explicitamente.

As relações muito especiais que a Europa comunitária foi capaz de criar com os países do Norte de África são principalmente resultantes de laços his-

tóricos mais ou menos antigos. Sobressaem os fortes laços da França com Marrocos, a Argélia, a Tunísia e a Mauritânia, as relações entre a Itália e a Líbia e os laços de Portugal e Espanha com Marrocos. Há também, evidentemente, a Grã-Bretanha, presente na zona do estreito, em Gibraltar.

Hoje, a Europa está mais perto do Norte de África pelo facto de a Europa comunitária, motor de cooperação económica e também política, ter uma mais clara dimensão mediterrânica. À democratização da Grécia, de Portugal e da Espanha seguiu-se o desejo de terem uma participação activa nos negócios europeus, claramente expressado pela sua adesão à Comunidade e também, mesmo que em circunstâncias particulares, pela adesão da Espanha à NATO. Uma eventual integração da Turquia e de Malta fariam com que toda a Europa mediterrânica passasse a fazer parte da Comunidade.

Se for acompanhado de uma democratização real do país, o pedido de adesão da Turquia à Comunidade Europeia, apesar das muitas resistências que irão ser-lhe opostas, egoístas umas, motivadas outras por interesses regionais, será possivelmente imparável. Assim se completaria essa «mediterraneanização» iniciada com o segundo alargamento das Comunidades. A pertença da Turquia à NATO, aliada à participação da Grécia e da Espanha, reforça também, por outro lado, o peso da componente mediterrânica da Aliança Atlântica.

Sucedem que os novos membros da família democrática europeia são ao mesmo tempo os que, pela proximidade geográfica, pela cultura (a presença árabe na Península Ibérica durou oito séculos, o islão deixou também marcas profundas na Grécia), pelo estado de desenvolvimento, mais se aproximam do mundo constituído pela *outra* grande civilização mediterrânica: a do islão. Além de que a Turquia, geograficamente na transição mas por vontade política cada vez mais próxima da Europa, pertence propriamente ao mundo islâmico.

As relações bilaterais entre os países europeus da Comunidade e da NATO com os do Norte de África devem juntar-se os acordos multilaterais, que fazem dos países mediterrânicos uma área privilegiada da cooperação europeia. Hoje, todos os países do Mediterrâneo, à excepção da Líbia e da Albânia, estão ligados à Comunidade Europeia por acordos de associação e estreita cooperação. Estes sucessivos acordos, assinados desde 1969, permitem o acesso ao Mercado Comum europeu dos seus produtos industriais e agrícolas em condições preferenciais. A CEE é o principal parceiro comercial dos países do Norte de África. Absorve 44% do comércio externo de Marrocos, 51% do da Argélia e 60% do da Tunísia. É igualmente o principal fornecedor do Magrebe, representando 60% das importações da Argélia, 50% das da Tunísia e 44% das de Marrocos.

A política mediterrânica da CEE não poderia por si só diminuir substancialmente o fosso que existe entre os países da margem norte e da margem sul nem sanar os graves problemas económicos que estes últimos enfrentam. No entanto, através dos preços garantidos a uma fatia importante dos produtos exportados pelos países do Magrebe, representa naturalmente um factor de peso na economia desses países. Os acordos com a CEE tiveram naturalmente como consequência que os países do Magrebe orientassem a sua especialização para aqueles sectores em que a Europa comunitária não era auto-suficiente, nomeadamente frutos, legumes e produtos hortícolas.

O alargamento da Comunidade à Grécia, a Portugal e sobretudo à Espanha vem tornar o mercado europeu auto-suficiente na maioria dos produtos agrícolas mediterrânicos e acarreta consequências penosas para as economias magrebina, já de si depauperadas. Substituir o acesso ao mercado pela ajuda financeira não resolverá a maioria dos problemas sociais mais graves: a baixa do nível de vida e o desemprego de largos sectores da população que tra-

balha na agricultura. Tanto mais que todos os países do Norte de África têm uma taxa de desenvolvimento populacional elevada. Segundo um estudo elaborado na Universidade de Roma¹, a população dos países do Norte de África (incluindo o Egipto) passará de 90,150 milhões em 1980 para 153,604 milhões no ano 2000 e 241,118 milhões no ano 2025, suplantando nessa altura a população da Europa mediterrânica (incluindo Portugal), que então atingirá os 217 milhões. Aliás, o surto demográfico a que se assistiu entre 1950 e 1980 nos países do Sul do Mediterrâneo originou um extraordinário rejuvenescimento da população e volumosos excedentes de mão-de-obra. Em 1980, por exemplo, a população menor de 15 anos representava 43% no Norte de África, contra 22,7% na Europa Meridional. O acesso desta população jovem ao mercado de trabalho é talvez o problema social mais aflictivo que os países do Norte de África terão que resolver na próxima década. A emigração continuará a ser uma das soluções procuradas, mas também ela cada vez mais difícil e geradora de novas tensões Norte-Sul.

No Mediterrâneo ocidental, as tensões Norte-Sul não resultam primordialmente dos problemas de segurança, mas antes de questões de tipo económico, social e demográfico que os precedem e podem dar-lhes origem.

O nacionalismo árabe e a Europa

O nacionalismo é uma característica dominante dos países do Norte de África, que marca profundamente as suas relações com o Ocidente. Os Estados do Norte de África têm a sensação de viver numa área isolável do resto do Mundo, numa quase-ilha, rodeados pelo mar Mediterrâneo e por esse outro mar que é o Sara. Este condicionalismo geográfico determina que uma das preocupações centrais dos nacionalis-

mos magrebinos seja a de se diferenciarem uns dos outros.

No Norte de África as rivalidades intermagrebínas, a luta pela hegemonia entre a Líbia, a Argélia e Marrocos, que tem no conflito no Sara Ocidental o episódio actualmente mais espectacular, determina também as suas relações com a Europa, nomeadamente com a França.

Tanto Marrocos como a Argélia procuram o apoio dos Estados europeus, sobretudo da França, para o seu contencioso no Sara Ocidental, antiga colónia espanhola, ocupada por Marrocos na célebre Marcha Verde de Novembro de 1975. A Argélia respondeu dando guarida e apoio à Frente Polisário. A Argélia considera que merece um tratamento especial da antiga potência colonizadora, o que torna o papel da França extremamente difícil: por um lado, não quer a derrota de Marrocos no Sara, sobretudo pela instabilidade que isso criaria no interior do país; por outro lado, procura manter uma atitude de equilíbrio entre os dois Estados magrebinos. A França tem dado um significativo apoio militar a Marrocos, mas sempre tornando claro que se trata de equipamentos defensivos que não podem ser usados contra a Argélia.

Os países europeus recusam-se a tomar partido na disputa (o mesmo fazem, aliás, os Estados Unidos e os países de Leste): não reconhecem nem a República Árabe Sarauí Democrática nem a reivindicação marroquina em relação ao Sara Ocidental.

A Europa mantém-se na posição de apoiar sempre o princípio da inviolabilidade das fronteiras legadas pela época colonial. Por isso recusa as reivindicações líbias em relação à Argélia ou à Tunísia, ou as reivindicações de Marrocos em relação à Mauritânia (entretanto abandonadas) e à Argélia (a questão do Sara Ocidental é mais complexa, pois Marrocos alega que este território fazia parte do reino antes da colonização). Por isso também é conside-

rado correcto na região o apoio europeu ao Chade contra a reivindicação líbia da faixa de Aouzou. As derrotas líbias no Chade e o apoio francês a este país não constituem uma humilhação para os sentimentos nacionais do mundo árabe, ao contrário, por exemplo, de intervenções como o ataque americano à Líbia e de Israel a Tunes, ou o desvio de um avião egípcio durante o famoso caso do *Achille-Lauro*.

As reivindicações nacionalistas marcaram e marcam ainda nalguns casos as relações Norte-Sul no Mediterrâneo, desde a luta pela independência às nacionalizações, que envenenaram as relações franco-argelinas, e às reivindicações territoriais. Estas últimas têm caracterizado as relações entre a Espanha e Marrocos desde a independência, em 1956, mantendo-se em aberto contenciosos territoriais que impediram que as relações entre os dois vizinhos atingissem um nível semelhante ao das relações com a França, a outra potência colonizadora de Marrocos. Destes resta hoje a reivindicação marroquina sobre Ceuta e Melilla, os rochedos de Velez e al-Houceima e as ilhas Chafarinas (33 km², ao todo, encravados em território e águas marroquinas).

A questão do fundamentalismo

Entre a Europa e o nacionalismo árabe, uma questão merece atenção particular: a do choque de civilizações. A atracção que a cultura europeia exerce sobre uma parte dos círculos cultos dos países do Magrebe, a ocidentalização destes, entra em choque com os valores tradicionais da civilização islâmica. O isolamento das camadas dirigentes em relação a largos sectores da população é um problema grave, causa da crise de identidade que atravessa uma parte dessa camada. Mesmo no mais ocidentalizado dos países árabes, Marrocos, tornam a aparecer jovens intelectuais que deixam crescer a barba e usam a tra-

dicional *djilaba* e contrabandeiam *cassettes* gravadas com sermões de dirigentes religiosos integristas.

O fundamentalismo ou integristismo é um nacionalismo exacerbado e dogmático com base religiosa, que alastra nos momentos de crise de identidade e se desenvolve a partir do fosso entre elementos de ocidentalização e a cultura tradicional, potenciado pelos graves problemas económicos e sociais e radicalizado pelo sentimento de humilhação que representam as diferentes derrotas árabes perante Israel. Não se confunda, porém, integristismo militante com revivalismo religioso, fenómeno com que o Ocidente tem de se habituar a conviver e que faz parte de uma corrente mais geral de regresso ao misticismo que acompanha a crise das ideologias políticas.

O pedido de adesão à Comunidade oficialmente formulado por Marrocos é a outra face desta medalha, e não pode ser posto de parte como mera manobra táctica. Constitui sobretudo a demonstração da imagem positiva de área de progresso e de desenvolvimento que a Comunidade projecta nos países do Norte de África. A esse pedido se opuseram os partidos mais arabistas de Marrocos, o Istiqlal e a USP. Se dele não resultar uma mudança do estatuto de Marrocos em relação às Comunidades, poderá nesse caso contribuir para um maior isolamento das correntes favoráveis a uma cooperação estreita com a Europa. Uma renegociação do estatuto de Marrocos em relação à CEE implicará necessariamente a renegociação do estatuto da Argélia e da Tunísia.

Aos que continuam a ver no nacionalismo árabe uma corrente que forçosamente se opõe aos interesses ocidentais, convém lembrar que Raymond Aron tinha inteira razão quando, em nome dos interesses da França, apoiava os nacionalistas argelinos: «leur revendication s'accordait avec le mouvement historique des idées et l'intérêt bien compris de la France»².

E no fundo se encontra aqui a contradição principal entre Europeus e Americanos em relação ao Norte de África e ao Médio Oriente. Para os Europeus, o nacionalismo árabe e o seu não alinhamento, a luta pelo direito dos Palestinianos a uma terra sua, que não ponha em causa o Estado de Israel, é parte integrante de uma grande corrente da história com a qual é preciso coexistir e mesmo cooperar. O não alinhamento não tem sido um factor negativo, mas uma corrente que impediu a hegemonia da URSS no Terceiro Mundo (e daí o interesse da China no seu lançamento e o papel activo desempenhado pela Jugoslávia). Para certas correntes do outro lado do Atlântico, a tese de John Foster Dulles depois da Conferência de Bandung — «if they are not for us, then they are against us» — continua a ser válida³.

Para os europeus mais optimistas, ou seja, para a Comissão em Bruxelas, a estabilidade do Norte de África nascerá da sua política global mediterrânica, que, através da cooperação económica e política, irá criando entre as duas margens uma duradoura interdependência. No entanto, se existe e é aplicada uma estratégia económica, os Estados europeus não têm, apesar das dificuldades que são forçados a enfrentar, uma estratégia política comum em relação ao Norte de África. A Cooperação Política Europeia não tem tomado posição sobre as questões do Magrebe, salvo na resolução «sobre o terrorismo internacional e a crise no Mediterrâneo», em que condenava a Líbia, e mesmo assim não por iniciativa própria, mas sob pressão americana. Não existe na CPE nenhuma comissão que se ocupe especialmente do Norte de África, estando este atribuído à comissão para o Médio Oriente.

O diálogo euro-árabe, que tanta expectativa criou, não se traduziu num envolvimento activo comum dos Estados europeus na procura de soluções para os problemas políticos e militares do Mediterrâneo. A inexistência de uma coordenação política ou de iniciativas comuns em relação ao Norte de África

parece resultar do facto de os Estados europeus considerarem as relações bilaterais com os Estados do Magrebe como um atributo nacional de que não querem prescindir. Mais claramente a França, que já detém aí uma influência real, do que a Itália ou mais recentemente a Espanha, que têm multiplicado declarações no sentido da necessidade da coordenação da política europeia no Mediterrâneo, que aliás se vai tornando cada vez mais complicada. Se o alargamento da CPE a países do Sul aumentou o número de interessados nas questões do Mediterrâneo, veio também criar maiores dificuldades na procura de consensos.

Importante parece ser o alargamento da cooperação política entre os Estados europeus e países do Norte de África, através da criação de uma estrutura de contacto permanente entre países das duas margens. Foram nesse sentido o projecto de Mitterrand de uma conferência no Mediterrâneo ocidental, lançado em 1983, durante uma visita a Rabat. O fracasso desta iniciativa ficou a dever-se à recusa argelina em tomar parte. Falharam também, por razões várias, a tentativa italiana lançada em 1986 por Craxi, de criar um «grupo de apoio» euro-mediterrânico envolvendo a Itália, França, Espanha, Jugoslávia, Egipto e Argélia.

O lançamento de iniciativas deste tipo tem sido feito sem a devida preparação prévia e sem que os possíveis intervenientes cheguem de antemão a acordo sobre o conteúdo da iniciativa. Em primeiro lugar é preciso que os próprios Estados europeus se entendam sobre uma política mediterrânica comum, que deveria ter em conta que:

- a estabilidade no Magrebe não depende da estabilidade do Médio Oriente e aquela é mais fácil do que esta e poderia contribuir positivamente para ela;
- Europeus e Norte-Americanos devem, através de um sistema de consultas permanentes na NATO, procurar criar os consensos necessários em relação ao Mediterrâneo, na perspectiva de que ele é uma

área onde os Europeus podem e devem dar um contributo muito maior à Aliança; um primeiro passo seria a criação de uma força naval europeia no Mediterrâneo;

— do ponto de vista das relações entre a Comunidade e o Magrebe, a iniciativa marroquina de pedido de adesão deveria servir de pretexto para o lançamento de uma nova categoria de membros associados da CEE, que permitiria aos países do Norte de África, pelo menos, terem um papel activo na definição de políticas comunitárias que lhes dissessem directamente respeito;

— é preciso tornar claro aos Estados do Norte de África que, no momento presente, o terrorismo, que também os afecta, é o factor mais negativo e desestabilizador da cooperação Norte-Sul no Mediterrâneo. A concertação entre a Europa e os «países amigos» norte-africanos sobre esta questão é indispensável, e aliás já começou com as iniciativas franco-hispano-marroquinas.

Mas nenhuma política ocidental em relação ao Norte de África terá sucesso sem a vontade de compreender «os outros», sem um diálogo entre as duas civilizações do Mediterrâneo, tanto mais que o terrorismo de grupos extremistas islâmicos tem vindo a deteriorar a imagem que os Europeus têm dos seus vizinhos do Sul e a alargar o fosso que a história foi cavando. Num sentido, parece condição fundamental às iniciativas económicas, políticas e militares o estudo da civilização islâmica nas escolas europeias e o conjunto de iniciativas para dar a conhecer a civilização europeia no Sul. Só demonstrando que as culturas da Europa e do mundo árabe, embora diferentes, não são antagónicas se criarem condições na opinião pública para um real diálogo euro-árabe.

¹ Claude Nigoul, Maurice Torrelli, *Menaces en Méditerranée*, Fondation pour les Etudes de Défense Nationale, Paris, 1987, citando documentos originais do professor Raimondo Cagiane de Azevedo, da Universidade de Roma.

² Raymond Aron, *Mémoires*, p. 387.

³ Sobre as relações entre os Estados Unidos e o Magrebe, ver Richard B. Parker, «Appointment in Oujda», *Foreign Affairs*, vol. 63, n.º 5, Summer 1985.

Norte-Sul Um diálogo de surdos?

por António Maria Pereira

As imagens insuportáveis que a televisão nos mostra de tempos a tempos de crianças negras esqueléticas, de ventres inchados, agonizando por falta de alimento nos braços de mulheres negras famintas, suscitam a nossa indignação e recordam-nos a imperativa necessidade de mobilizar vontades e recursos para pôr termo a esse horror. Bob Geldof, horrorizado pela visão, partiu daí para a mais formidável campanha publicitária de sempre e, dinamizando músicos, cantores de *rock* e celebridades inglesas, publica em 6 milhões de exemplares o famoso *Do They Know It's Christmas?*, conseguindo arrecadar cerca de 30 milhões de dólares para os famintos da Etiópia — contributo este que foi, em grande parte, desviado para outros objectivos pelas autoridades etíopes. O episódio é paradigmático de um dos mais negativos aspectos do diálogo Norte-Sul: as boas vontades mobilizam-se, mas, por interferência das ideologias políticas ou por falta de pragmatismo na organização de esquemas de cooperação, os resultados práticos acabam por não se concretizar e as crianças negras continuam morrendo de fome.

Há actualmente no mundo cerca de 5 biliões de pessoas, que serão 6 biliões no final do século. Deste número, três quartos pertencem ao Terceiro Mundo.

Mais de 750 milhões estão subalimentadas, alguns milhões morrerão entretanto de fome, de doenças e de carências do subdesenvolvimento. São perspectivas intoleráveis contra as quais o dever da solidariedade nos impõe a imperativa obrigação de reagir, tomando iniciativas. Quais?

A «reparação global» devida pelo Norte ao Sul

A realidade é que o diálogo Norte-Sul, tendo como objectivo a instituição de uma nova ordem económica internacional, se processa hoje quase em surdina.

Já em 1962, na Conferência sobre o Desenvolvimento Económico, no Cairo, os não alinhados tentaram estabelecer as bases do diálogo Norte-Sul, organizando a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU, que se reuniu pela primeira vez, em Genebra, em 1964. A Conferência adoptou recomendações contendo os princípios que deveriam reger o comércio internacional, tendo por objectivo assegurar o desenvolvimento económico e preconizando a criação de uma nova organização económica internacional com carac-

ter permanente. A CNUCED pretendia concretizar o anseio dos países em vias de desenvolvimento de instituir um novo sistema comercial internacional fundado na ideia de que o Sul tem direito a uma «reparação global» em virtude de o desenvolvimento dos países ricos ter sido obtido à custa do seu subdesenvolvimento, resultante da exploração intensa dos recursos das nações da periferia. Havia, portanto, que modificar a lógica de ferro da exploração do Terceiro Mundo, instituindo as bases de uma nova ordem económica internacional.

Dentro deste espírito, a chamada Carta de Argel definiu em 1967 um «programa de acção», consubstanciando, em termos globais, as propostas que hoje continuam a ser pontos de debate no diálogo Norte-Sul e que, na Conferência de Lusaka, em 1970, foram assim definidos: «ações no domínio dos produtos de base prevendo preços justos e equitativos para os produtores, livre acesso aos mercados, ajustamento das estruturas de produção, ajudas sem contrapartidas, transferências de recursos financeiros».

Todas essas iniciativas e outras que entretanto se processaram acabaram, no entanto, por conduzir a resultados decepcionantes, que Edem Kodje imputou à «dispersão política, se não ao esmagamento ideológico».

Paralelamente, o sistema das Nações Unidas sempre se empenhou, desde a sua criação, na tentativa de fomento do diálogo Norte-Sul. Em 1961, através das Resoluções 1710 e 1715, lança o primeiro decénio das Nações Unidas para o desenvolvimento; em 1970 e 1980 (Resoluções 2626 e 35/36), os segundo e terceiro decénios, este último, portanto, ainda em execução. Dos primeiros se poderá dizer que valeram apenas como declaração de princípios, o terceiro, na actual conjuntura internacional caracterizada pela crise mundial, parece condenado ao mesmo destino.

Ainda em 1974, sob pressão do grupo dos 77, a ONU adoptou a «Declaração e Programa de Acção»,

respeitante à instauração de uma nova ordem económica internacional (NOEI).

Como escreveu o antigo Secretário de Estado para a Cooperação Luís Fontoura, trata-se de documentos em que, sistematizadamente, se analisam os problemas do subdesenvolvimento e se recolhem muitas das pretensões já referidas, o que tem o mérito de formalizar uma verdadeira filosofia de acção. No entanto, os seus dez anos de vigência acabaram por revelar o seu irrealismo e quase impossibilidade de concretização. O tudo-ou-nada, os dogmas, o radicalismo terceiro-mundista, se podem ser impostos, por mera votação, na Assembleia Geral da ONU, não bastam para obter a adesão dos países desenvolvidos, a quem, no campo das realidades, compete a decisão e o esforço financeiro da sua concretização. Não sei realmente, prossegue Luís Fontoura, como poderão os países do Norte, geradores de um



sistema conseguido e triunfante, com o qual vêm, desde sempre, financiando e ajudando o Terceiro Mundo, aceitar exigências que, concretizadas, significarão a sua alteração profunda, mas de cujo êxito se duvida fundadamente. Muitos anos passarão ainda, certamente, até que a experiência aconselhe ao Terceiro Mundo os caminhos do realismo.

Aconteceu, porém, que este contexto internacional mudou profundamente. Os países industrializados conseguiram ultrapassar a crise provocada pela escassez do petróleo, o qual baixou consideravelmente de preço, arrastando nessa baixa o peso político da OPEP e dos países produtores de petróleo, dissipando simultaneamente as esperanças acalentadas pelos países do Terceiro Mundo de adquirirem, através do ouro negro, um peso político suficiente para imporem aos países industrializados a almejada nova ordem económica internacional.

Por todas estas razões, o diálogo Norte-Sul, nos últimos tempos, quase se tem limitado à discussão dos meios de resolver o grave problema de dívida dos países subdesenvolvidos, questão em relação à qual os países industrializados acabaram por compreender que as receitas puramente liberais da pura economia de mercado conduziriam fatalmente à ruptura do sistema financeiro internacional, por impossibilidade total de pagamento por parte dos países mais endividados.

O que deve ser evitado

A verdade, porém, é que as crianças negras continuam a morrer todos os dias, que existem situações de urgência que não toleram demoras e que os problemas económicos estruturais, sobretudo no continente negro, continuarão a paralisar as economias africanas, correndo-se o risco de precipitar novas crises.

Mas como retomar o tão necessário diálogo Norte-Sul de modo a evitar os insucessos do passado?

Antes de mais, há que colher ensinamentos desse passado negativo, para evitar cair nos mesmos erros.

Lomé III — Um diálogo positivo

Mais realista e, portanto, mais bem sucedido tem sido o esforço da CEE no desenvolvimento do diálogo Norte-Sul. O acordo de Lomé III, que regula as relações entre Comunidade Europeia e um conjunto de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (os ACP), estabelece os termos em que se desenrola, entre eles, a cooperação comercial, industrial, agrícola, financeira e técnica e fixa os sistemas de segurança STABEX e SYSMIN. A regra geral para a importação dos produtos originários dos Estados ACP é a do livre acesso dos mesmos aos mercados da Comunidade, sem restrições quantitativas ou medidas de efeito equivalente e com isenção de direitos alfandegários. O sistema tem funcionado bem, representando, no entanto, unicamente uma pequena parte do muito que haveria a fazer para resolver os problemas estruturais do Terceiro Mundo.

As razões do insucesso do diálogo Norte-Sul

Na verdade é que, como observava há tempos Edgar Pizanni no *Monde*, «o terceiro-mundismo já não está na moda. Os diplomatas têm-no abandonado às intenções das almas piedosas».

Quais as razões destes insucessos sucessivos? A análise da evolução do diálogo Norte-Sul revela que, para além do irrealismo e da politização excessiva, dois factores históricos contribuíram decisivamente para a sua falência.

O primeiro entronca na herança intelectual dos anos 60, caracterizados pelo crescimento acentuado

e pela prosperidade, conduzindo à convicção de que os problemas da produção e do crescimento tinham sido resolvidos de uma vez por todas. Um novo sistema de valores, de objectivos e de preocupações tinha começado a revelar-se e as atenções concentravam-se progressivamente em questões como a partilha do rendimento, a organização social e a relação com o ambiente.

Mas a euforia terminaria pouco depois, com a eclusão da crise económica mundial que conduziu os problemas de produção ao primeiro plano das preocupações. O Estado protector vê as suas fundações ruírem, tornando mais utópico do que nunca o apelo profético lançado por Barbara Ward, no início dos anos 70, para a instauração de um Estado protector, não só à escala nacional, mas mundial (!).

Agravando decisivamente a situação, a dívida de alguns dos países do Terceiro Mundo (sobretudo a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Jugoslávia, Marrocos, México, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai e Venezuela) atinge proporções dramáticas, acompanhadas de ameaças de não pagamento que poderiam, se concretizadas, provocar a ruptura do sistema financeiro internacional.

O segundo factor histórico que havia permitido colocar a questão da nova ordem económica internacional no primeiro plano da ordem do dia foi o primeiro choque petrolífero e as suas consequências. Com efeito, no clima intelectual desse período, os sucessos conseguidos pela OPEP foram interpretados como sinais prenunciadores de uma vasta redefinição da estrutura internacional do Poder. Pensou-se que daí resultaria a independência económica dos países recentemente descolonizados, a qual conduziria, fatalmente, a um nova ordem económica que os países industrializados, privados de petróleo, seriam obrigados a aceitar.

O primeiro ensinamento a ter em conta é o de que *as discussões ideológicas só conduzem a resultados nega-*

tivos. A doutrina de que os países industrializados devem contribuir financeiramente para o subdesenvolvimento, para assim se reparar uma injustiça histórica ou porque a baixa do preço do petróleo e das matérias-primas constituiu uma «dívida» dos países não industriais aos países não industrializados, tem pouca capacidade mobilizadora, sobretudo numa situação de crise como é a actual, conduzindo apenas aos rituais discursos terceiro-mundistas nos organismos internacionais, que não se traduzem em resultados práticos.

O segundo ensinamento é o de que *os países em vias de desenvolvimento não podem contar com a União Soviética para os ajudar a resolver os seus problemas estruturais.* O slogan em moda na década de 60 de que a URSS é o «aliado natural dos países do Terceiro Mundo» perdeu por completo a sua credibilidade. A verdade é que actualmente o Terceiro Mundo já aprendeu que só pode contar com a União Soviética para conseguir armamento. Pelo que respeita à sua contribuição para ajuda económica multilateral no campo da cooperação, os países industrializados contribuem com 92% enquanto a ajuda da União Soviética e das democracias populares do Leste é, no seu conjunto, inferior a 1% (!).

O terceiro ensinamento é o de que *o método das «negociações globais», que, durante muito tempo, os países do Terceiro Mundo quiseram impor aos países industrializados, transformando o diálogo Norte-Sul numa arena de confrontação ideológica, pouco contribui para resolver os problemas fundamentais dos países em vias de desenvolvimento.* Em vez das negociações globais, a experiência mostra ser preferível abordar a questão através de *diálogos regionais*, de modo que se tome em consideração a diversidade de situações que caracterizam os países do Terceiro Mundo. Lomé III é um bom exemplo que poderia servir de modelo a outros diálogos regionais com os países da América Latina, com a ASEAN, com a Ásia do Sul e com os novos pólos económicos da zona do Pacífico.

Pragmatismo e solidariedade

Mas a experiência passada mostra também que certas motivações continuam a ser determinantes para mobilizar os espíritos para uma reactivação do diálogo Norte-Sul em termos pragmáticos, único susceptível de conduzir a resultados práticos.

Ser pragmático não significa alheamento dos valores éticos. Como observou Jean-Pierre Cot, «a moral concorda com a política mais frequentemente do que se pensa». E a imagem das crianças negras morrendo de fome contém, no seu horror, uma imensa capacidade mobilizadora da solidariedade internacional.

Foto UNICEF



Haverá, por outro lado, que definir estratégias de desenvolvimento. A doutrina da administração Reagan de que os problemas dos países do Terceiro Mundo devem ser resolvidos através de receitas puramente liberais, traduzida no *slogan* «trade, not aid», não é aplicável a todas as situações.

É certo que se verifica um movimento universal no sentido da liberalização e isso acontece na China, na Índia, na Tanzânia, em Moçambique, em Angola e em muitos outros países. Mas é evidente que problemas como as situações de urgência na África subsariana e a dívida dos países mais endividados do Terceiro Mundo se não compadecem com soluções puramente liberais.

De qualquer modo, a estratégia de auxílio a longo prazo aos países do Terceiro Mundo continua a passar *pela abertura dos mercados do Norte aos produtos do Sul, acompanhada da intensificação do fluxo financeiro do Norte para o Sul, e de um esforço no sentido da cooperação industrial* que permita países do Sul arrancar para o desenvolvimento de modo a ultrapassar a fase das suas agudas dependências económicas actuais.

Estes objectivos exigem, por seu turno, uma maior coordenação das políticas económicas dos principais países industriais e uma maior flexibilidade dos mercados da mão-de-obra. Mas sobretudo, e em conclusão, o diálogo Norte-Sul só poderá conduzir a resultados positivos se os dialogantes — sobretudo os porta-vozes do Sul — renunciarem definitivamente à invocação ritual dos chavões políticos terceiro-mundistas e adoptarem antes uma *abordagem pragmática dos problemas, inspirada embora em imperativos éticos indiscutíveis, fundados nos valores da solidariedade*.

A não ser assim, o diálogo Norte-Sul continuará sobretudo a ser um diálogo em que o Sul grita mas o Norte não ouve, ou não quer ouvir. Ou seja, um diálogo de surdos.

Homenagem a Hamlet

por Maria Lúcia Lepecki

Uma pessoa ligada às Letras teria muito a dizer sobre o quadro das relações Norte-Sul. Por hipótese, e retomando ou resumindo estudos já avançados em muitos lugares de um e de outro lado, poderia analisar como os produtos e os subtis sinais culturais mutuamente se interpenetram, atravessando a linha do Equador.

Perspectivando a questão a partir de Portugal, que é o país do «Norte» — um Norte muito especial, diga-se — que melhor conheço, eu começaria focando dois tópicos. Uma espécie de «sociologia da leitura» e (também uma espécie) de «filosofia da educação literária sistematizada».

Que obras do Sul se encontram em livrarias e bibliotecas portuguesas? De que assuntos, autores, épocas? E são objecto de quanto e qual interesse? Que informação está disponível ao leitor português, em termos de revistas e jornais especializados ou não, em locais de venda ou de leitura? Que cobertura, em bom jornalismo cultural ou até em jornalismo sem maiores pretensões, é dada pela televisão e pela rádio à produção cultural vinda do Sul do Equador, nomeadamente de países onde se fala português?

Na área específica do *outro lado do mundo que fala português*, os programas do nosso ensino secundário poderiam oferecer larga matéria de reflexão. E não menos de perplexidade: ausentes de toda — ou quase absolutamente toda — a programação do ensino secundário as literaturas de seis outros países que falam a língua portuguesa ou a têm como língua oficial. Os nossos alunos não são conduzidos a abrir, neste campo, nem a inteligência, nem a imaginação, nem a afectividade. É mais que uma ausência de enriquecimento, é um nítido empobrecimento.

Procura a Universidade ultrapassar esse vazio, e tem nos curricula as disciplinas de Literatura Brasileira e de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, a nível de licenciatura e de mestrado. Mas poucos chegam, em Portugal, aos edifícios universitários. E menos ainda são os que empreendem uma pós-graduação. Tem havido, sem dúvida, teses de mestrado e de doutoramento tanto em Literatura Brasileira quanto em Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Mas isso não tem repercutido, a nível alargado, na dinamização do nosso mais específico diálogo Norte-Sul.

Seria fácil culpabilizar Portugal por uma tal situação. Mas seria também injusto. Pois o diálogo entre os dois lados do Equador parece coxo em toda a parte. E é nessa deficiência geral, e endémica, que me vou deter.

Primeiro, a questão dos *latino-americanos*, que tenho por muito sintomática. Aquela expressão envolve, no hemisfério norte, e salvo excepções por dever de ofício ou gosto pessoal, todos os escritores da América do Sul. No caso de Portugal, destacam-se os brasileiros do grupo latino-americano, por óbvias razões de natureza linguística, de mais definido contacto cultural e de um certo sentimento, historicamente explicável, de «paternidade». Fora isso, e tal como acontece no resto da Europa, o leitor normal português envolve na genérica denominação «latino-americanos» tudo o que, naquele tão diversificado espaço, não seja brasileiro.

O primeiro dado a analisar aí é a *nivelação de particularidades nacionais* dentro de um quadro colectivo cujas diferenciações internas, no plano cultural e sócio-histórico, são imensas. O nivelamento desindividualiza — e não apenas a pessoas, mas a conjuntos delas, nações.

Não se nivelará por preconceito, no sentido de *prevenção contra*. Até porque o pressuposto sobre «literatura latino-americana» é extremamente positivo. O que não deixa, também, de ser preconceito, ideia pronta que anda no ar para ser assumida por toda a gente, mesmo por quem a autores e livros desconheça por completo.

Não se tratando de preconceito negativo, e assumindo a hipótese de que um preconceito positivo tenderia mais naturalmente a perceber as individualidades, por alguma coisa se deverá explicar a *persistência* na generalização em «latino-americano», tão largos anos depois do *boom* mundial de literaturas de muitos daqueles países.

A explicação encontro-a eu na ignorância, na falta de informação. Falência do diálogo Norte-Sul na área de troca de elementos concretos sobre a especifici-

dade nacional e cultural de cada subespaço da América Latina. O que é a Colômbia, mais os seus escritores e artistas; o que é a Venezuela, mais os seus escritores e artistas; o que é Cuba, o que é a Bolívia — e escuso de fazer a listagem.

Suponho que nos países da América do Sul a ninguém ocorrerá nivelar da mesma forma os produtos culturais chegados do Norte. Este acto de atenção pode não ter a ver com maior conhecimento da específica matéria literária e cultural. Tem a ver é com o privilégio de que sempre usufruiu, no jogo das relações internacionais, o espaço «para cima» do Equador. De modo que me surpreenderia imenso caso visse, arrolados simplesmente como «europeus», uma espécie de embalagem geral, nomes como os de Eco, Boris Vian ou Boll. Cada europeu merece, no hemisfério sul — e salvo casos de lamentável e crassa ignorância —, o nome do lugar onde nasceu. Um dos modos possíveis de se reconhecer ao outro o direito de cidadania...

Quando se reconhece, a partir do Sul, o específico lugar de origem de um produtor ou de um produto cultural, haverá também que buscar razões: elas são razões históricas fundas e razões económico-sociais remotas e recentes. No Sul, de uma certa forma *já se nasce sabendo* que a Europa existe *como diferenciação interna*. Para o europeu médio, e infelizmente por vezes não apenas, América e África aparecem como massa amorfa. Não vão nisto culpas individuais, pois também aí pesam, e não pouco, as razões históricas e económico-sociais. Como quer que seja, uma constatação é inevitável: incidindo o olhar no Sul, a partir do Norte, quem está daquele primeiro lado dissolve-se num pronome plural: *eles*. Do Sul para o Norte é mais perspicaz o olhar, pois a História ensinou a ver. E o pronome tende para o singular: *ele*, Sartre, ou *ela*, a literatura francesa.

O desconhecimento Norte-Sul não é fenómeno isolado no desejado diálogo. Tem irmãos: respectivamente o desconhecimento Sul-Sul e o Norte-Norte.



O desconhecimento Norte-Sul não é fenómeno isolado. Tem irmãos: o desconhecimento Sul-Sul e Norte-Norte. Na foto, Luandino Vieira, romancista angolano. Na p. 31, João Guimarães Rosa, escritor brasileiro.

Ressalvando aqui definitivamente todas as excepções, para não andar sempre em ressalvas, direi que entre Sul-Sul e Norte-Norte também muita ignorância campeia. Escritores nigerianos, mauritanos ou senegaleses, por exemplo, são conhecidos do outro lado do Atlântico só como africanos. Também ficam reduzidos a um *eles*. Do lado de África também se fala em latino-americanos. Em cada margem do mar se *desindividualizam* pessoas e nações, reduzindo tudo — e reduzir é bem o termo — a um fenómeno continental tão alargado que resulta em desprovido de forma.

Com ligeiras modificações, o esquema aplica-se também ao diálogo Norte-Norte. Não parece acontecer aqui um grande teor de desindividualização, embora sempre haja tendência para o *eles*. Quando se fala em literatura norte-americana, está-se a pensar na que se faz nos Estados Unidos da América. E a sinédoque do todo para a parte não pode ser aí senão muitíssimo significativa. Distingue-se, então, a literatura norte-americana da canadense. E o México, numa espécie de definitivo abalo telúrico, escorrega para baixo da linha imaginária que divide a Terra. «Funde-se» na América do Sul. Coisas de maravilha, mas que podem acontecer...

Enquanto isto, e no próprio espaço europeu, também aparecem alguns *eles*: os mais denominados com a terceira pessoa do plural são os países de Leste. E desindividualizamos povos de culturas e formações históricas tão diferentes como os Romanos, os Húngaros e os Búlgaros. São, apenas, *eles*, os das literaturas de Leste...

De qualquer modo, não me parece que a desindividualização no eixo Norte-Norte seja tão marcada quanto a que se passa no eixo Norte-Sul. Mas, sem dúvida, também de Norte para Norte (ou para Nortes) grandes vazios de informação se podem encontrar. E as correspondentes *concentrações de informação*. Assim, algumas literaturas circulam com mais que satisfatório à-vontade, e mesmo com inteiro à-

-vontade, entre espaços do nosso hemisfério. São as de países cuja força de produção cultural corresponde a uma igual ou superior força de produção económica. Mas mesmo as literaturas circulantes são objecto, por parte do leitor comum, de uma aura mítica mais que de um real conhecimento e contacto. Não me parece, contudo, que a aura mítica que cobre, no Norte, as literaturas do Norte possa chegar ao ponto de desenraizar o escritor do seu país. Porque o Nortenho respeita — e faz muito bem — as diferenças que entre vários nortenhos vão. E se por vezes se fala em literatura europeia ou pensamento europeu, qualquer cidadão do orbe saberá que a perspectiva que permite uma tal expressão é a perspectiva de uma *stutese de fundo*, quase uma abstracção modelar, onde se vão encontrar traços divergentes de um passado que muito teve de comum.

A propósito do pouco trânsito de informação também no eixo do Norte, lembro um inquérito que há muitos anos fez o *Diário Popular*. A pergunta era: «A que se deve a ignorância da literatura portuguesa no Brasil?» Na minha resposta lá aduzi as razões que me pareciam estar na origem disso, mas chamei a atenção para um ponto. É que a pergunta podia ser feita segundo outros eixos geográficos e culturais, em numerosas combinatórias de pontos cardiais ou de rotas aéreas. A que se deve, por exemplo, o desconhecimento da literatura espanhola em Portugal, e vice-versa? E o da literatura holandesa em Portugal, com o respectivo vice-versa? Se eu fosse de qualquer nacionalidade europeia ou trabalhasse em qualquer outro país deste hemisfério, tenho como certo e seguro que saberia fazer mil combinatórias entre os países. E, também certo e seguro, a resposta seria: «Sabe-se muito pouco.»

Se o que acabo de argumentar tiver correspondência na realidade objectiva, uma constatação se impõe. Ao quase nulo diálogo de facto entre Norte e Sul corresponde um empobrecido, por excessivamente polarizado, diálogo Norte-Norte. E um também



empobrecido, e nem sequer polarizado, diálogo Sul-Sul.

Sublinho que as honrosas excepções já algumas vezes ressalvadas de modo algum resolvem o problema do encontro de culturas. Um verdadeiro diálogo cultural não se faz a nível de elites só, embora ninguém queira tirar às mesmas elites o papel que no diálogo elas sem dúvida devem desempenhar.

Um diálogo intercultural faz-se com o maior número possível de pessoas e com o maior número possível de instrumentos de apoio: literatura, música, cinema, produtos técnicos e industriais (que também revelam cultura, não apenas civilização), moda, decoração de casa, jeito de cozinhar. Pelo contacto permanente com produtos culturais alienígenos, podemos ser levados a ver, a saber e a compreender o outro lado da nossa humanidade. Experiência que, pela sua riqueza e beleza, não é justo que fique restrita às elites.

Entro, com isso, no que considero o fundamental num diálogo Norte-Sul. A questão ética e o modo como produtos especificamente culturais podem contribuir para uma reviravolta que, alicerçada em estética e ética, se colocaria como uma verdadeira revolução antropológica.

Toda a gente sabe que as relações Norte-Sul se põem, como sempre se puseram, a partir do económico. Vai o político aspergindo a economia — e rege-se o «diálogo» por uma *consuetudine* que tem muito pouco de dialogante.

De modo que vemos o Norte, no palco da História, a dizer uma espécie de solilóquio ou de hamletiano monólogo: «Ter ou não ter?» A resposta tem sido uma só, e ninguém ignora qual.

Na minha pessoalíssima opinião, entendimento de quem está longe de ser especializado em estudos políticos e económicos, muito menos em História, só a verdadeira troca cultural entre os dois lados do Equador permitirá que, já vestido de outro personagem, o Primeiro Mundo possa dizer uma fala cujo

sujeito seja *nós*. Um *nós* feito de *eu* e *tu*, não de *eu* e *eles*. O que implica a presença, no mesmo palco, e em termos de co-protagonista, dos países, povos e pessoas do Terceiro Mundo.

Não basta para isso que se troquem produtos culturais em certo nível. Na minha opinião é preciso trocá-los a todos os níveis e em grande quantidade. Neste aspecto, sou mais pela quantidade do que pela qualidade. Porque se a grande literatura, música ou pintura sem dúvida nos trazem o melhor e mais refinado da produção de um povo, não menos será facto que elas poderão ser pouco acessíveis ao comum cidadão, cuja cultura média tende a ser baixa ou relativamente pouco refinada.

Penso que a quantidade e variedade de produtos culturais sensibilizaria o máximo possível de pessoas para uma coisa da mais singela simplicidade. Do lado de baixo do Equador (e às vezes do lado de cima: México, por exemplo) há países como os nossos, no plano do sentimento nacional, da dignidade colectiva e de cada um, da criatividade cultural peculiar, da complexidade de sofridas vivências históricas. Em países do *lado de lá* há gente como nós, que está sendo tratada como se fosse diferente de nós, na substância. Como se fossem coisas. Ou até nem: não estou a ver quem deixe deteriorar-se até ao fim um móvel de que goste. Tivessem as crianças e os adultos de favelas do Rio ou de São Paulo quem lhes prevenisse as mazelas como se previne a inutilização da nossa máquina de escrever...

Para se perceber que *toda a gente é gente*, não me parece absolutamente necessária a grande arte, embora fosse ideal que pela grande arte um tal conhecimento se fizesse. Qualquer produto de cultura traz o sinal da verdade da vida e da humanidade de quem o produziu. Acontece com a culinária, com a arquitectura rural e popular, com o jeito de se vestir, com a expressão corporal ou com os gestos que acompanham a fala. Chegam sinais de gente como nós na música do homem da roça tal

como nas *Bachianas* de Vila-Lobos. E se os produtos eruditos comunicam melhor com as camadas eruditas, os produtos populares comunicam bem com toda a gente. Ninguém se limpou ainda da ruralidade ou da experiência arcaizante, seja ela experienciada no corpo, na vivência da imaginação, no desejo ou na vaga nostalgia.

Não creio ser difícil propiciar *quantidade* e *variedade* (para atender às capacidades dos vários níveis culturais dos receptores) nas trocas de bens culturais. Por alguma razão, e em todo o lado, ocorre aí uma violenta filtragem. Não nego aos «filtros» a função de trazer o melhor, a fina flor, *crème de la crème*. Mas nem sempre tem o «filtro» esse tipo de motivações. Altos valores de comercialização espreitam, sem dúvida. E não há-de faltar uma certa preguiça mental.

Do que fica aí dito, vê-se logo: sou pela abertíssima troca cultural entre todos os povos. Por maior número de razões sou por trocas entre Sul e Norte, e nas duas direcções. Porque também ao Sul não chegam produtos culturais «minorizados» no Norte. Quem sabe, no Brasil, como e com que barro trabalha um oleiro em Trás-os-Montes? Muito pouca gente — e sem dúvida não o saberá o oleiro de Minas Gerais. Quem sabe, no Brasil, como é uma casa rural alentejana? Poucos — e não o saberá o pedreiro da roça que, fazendo a casa do seu vizinho, está reformulando um tipo de arquitectura que nunca lhe foi dado ver no sítio de onde ela provém. Se soubessem — e para lhes ensinar existe a endémica televisão —, pedreiro e oleiro da minha terra veriam os seus iguais na terra onde há tantos anos eu cheguei. Uns e outros encontrariam no *écran* o seu igual: gente. E se numa troca deste tipo o Português poderia aprender que o Brasileiro não é um anónimo *eles* (cujo retrato-*robot* é sobejamente conhecido), os brasileiros de qualquer quadrante contactaríamos, pela primeira vez, com as formas simples,

e tão belas também, de uma das culturas que originaram a brasileira.

Se um tal diálogo se fizesse (e eu até sugeriria uma informação indiscriminada, de lema: *informem; informem e expliquem, informem e interpretem, informem e compreendam*), se um tal diálogo se fizesse iria surgindo, pouco a pouco, entre os muitos povos do Norte e os muitos povos do Sul, a noção da *humanidade do outro*. Seria um envolvimento afectivo, conjugado com o envolvimento científico — se tal expressão se permite.

Sofrerei de optimismo, mas acredito firmemente que a envolvimento afectiva aliada à concreta e inteligente informação sobre a realidade conduz necessariamente a um posicionamento ético. Ensina a ver no outro homem também um homem, e isso só se consegue com a ajuda do coração. Ninguém gosta do que desconhece, ou do que conhece mal.

Para criar um estado amoroso de potencialidade ética e repercussões políticas, nada melhor do que produtos de cultura, de todos os tipos e todos os níveis. Só eles poderiam conduzir ao amor do outro — e parece estranho falar em «amor do outro», mas de facto não vejo outro modo que não a *lucidez amorosa* para resolver o problema da dignificação das relações entre o Norte e o Sul. O amor do outro levaria, será esta a minha utopia?, a uma posição política e a um relacionamento económico dialogante e fraterno. Largas faixas de gente, em largos espaços do mundo, saberiam a verdadeira face do seu semelhante, rosto, e corpo, e coração, de gente *também*. Desejando ardentemente não ser utópica, um tal conhecimento amoroso e fraterno desembocaria, mais ou menos tempo passado, em movimentos de opinião pública, tal como aconteceu na sequência do amor pela Natureza. E a opinião pública é um Poder, cada vez mais em efectivo exercício, quer se queira quer não se queira admitir. Que o digam os que, responsáveis a nível da governação, em todos os quadrantes do Mundo, se socorrem de meias ou

inteiras mentiras, não vá a opinião pública fazer barulho.

Do encontro com a face do outro, do conhecimento da sua vida quotidiana e do modo como ao quotidiano todo o homem supera, fazendo arte, nasceria, acredito-o firmemente, um outro comportamento do Norte em relação ao Sul. Tinha de ser assim, ou teríamos de aceitar ter o homem nascido para lobo do homem. Aceitá-lo seria desistir, e não pode ser.

Mas um encontro fraterno Norte-Sul liga-se absolutamente aos fraternais encontros Norte-Norte e

Sul-Sul. O que me leva a duas perguntas: o que sabe um alemão ou um norueguês da verdadeira face do Português? Cabe a indagação recíproca, também cabendo outras combinatórias.

Segunda pergunta: que saberão os rurais de Vales, concelho de Aljezur, dos homens e mulheres que mourejam nas leiras do Alto Minho ou nos vinhedos do Douro?

Ter ou não ter, meu caro Hamlet. É esta a questão.

Entrevista

Língua Portuguesa: a primeira das prioridades na cooperação com África

— *Entrevista com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Durão Barroso*

Qual a dimensão exacta do vector africano na política externa portuguesa? Que acções se apresentam agora como prioritárias nesse campo que, embora polémico, tem sido cultivado pelos sucessivos governos? São estas, em síntese, as principais questões sobre as quais se pronuncia, na entrevista que se segue, o actual responsável pela drea da cooperação.



PRELO — *Como encara esta campanha lançada pelo Conselho da Europa, em 1988, a favor da interdependência e solidariedade Norte-Sul, tendo em conta o relativo pessimismo que começa a impor-se nesta matéria, perante o refluxir dos projectos da ONU, na década anterior, para criar uma nova ordem internacional?*

J. DURÃO BARROSO — Considero esta campanha do maior interesse pois revela uma Europa não fechada sobre si própria mas aberta a todo o mundo, o que constitui, aliás, a melhor tradição da civilização europeia. Portugal, como se sabe, apoiou-a desde o início, podendo mesmo dizer-se que ela começou com a declaração de Lisboa sobre as relações Norte-Sul, em 1984. E fizemo-lo, porque pensamos que Portugal pode também, no quadro europeu, desempenhar um papel importante no diálogo entre aquilo a que se convencionou chamar o Norte e o Sul.

Não sei, por outro lado, se será totalmente exacto falar-se de um refluxir desse diálogo. Houve, isso sim, uma mudança de tom. Em muitos aspectos concretos, no entanto, sobretudo no que diz respeito à Europa — e não só ao Conselho da Europa —, deram-se passos muito positivos. A Convenção de Lomé é um bom exemplo de esquema de cooperação multilateral em que os países menos desenvolvidos têm feito ouvir a sua voz, e julgo que ninguém poderá negar os progressos que essa Convenção proporcionou. O que de certa forma se alterou foi o tipo de discurso radical que tinha a ver com a tentativa voluntarista de modificar os termos de troca e aquilo que era visto como uma relação imperialista. Além disso, corrigiu-se também um certo idealismo fundado na ideia de que os problemas da economia internacional se resolvem apenas com boa vontade. O que se está agora a revelar é o pragmatismo de muitos dos países em vias de desenvolvimento, pragmatismo esse que leva a que já não ponham tanto a sua força, o seu investimento político, na relação com o exterior, mas na certeza de que algumas das condições para o seu próprio desenvolvimento residem na resolução dos problemas internos. E é por isso que, algumas vezes, parece que o diálogo Norte-Sul diminuiu de importância. Julgo, porém, e como já disse, que ele se manteve e que tanto a Europa no seu conjunto como, em particular, a Comunidade Europeia têm dado um enorme contributo para que ele prossiga.

PRELO — *Um dos sintomas da mudança de tom que referiu parece estar nos próprios termos que passaram a adoptar-se. Não é certamente por acaso que a campanha agora em curso se centra na interdependência e abandona a antiga mentalidade de simples ajuda ao Terceiro Mundo para passar a sublinhar as implicações que terá na Europa e nos países mais desenvolvidos a resolução ou não resolução dos problemas do Sul.*

J. D. B. — É um facto. Hoje em dia, aliás, já está bastante adquirida essa noção de que não pode haver um mundo próspero e pacífico a viver sobre um vulcão: o vulcão da dívida, o vulcão do subdesenvolvimento, o vulcão da fome. Daí o acento justamente posto na interdependência.

A Europa, por exemplo, tem tido ocasião de procurar, através de projectos e programas específicos, o reforço da sua colaboração com África, que é, evidentemente, o continente próximo ou, por assim dizer, a projecção natural da acção europeia. Fê-lo para corresponder a um imperativo de solidariedade, mas também, como é óbvio, para dar resposta a um interesse próprio.

O vector africano na política portuguesa

PRELO — *No caso português, quais são exactamente os vectores que orientam a política externa neste capítulo?*

J. D. B. — Portugal encontra-se numa situação especial, visto ser um dos países menos avançados da Europa comunitária e ser, ao mesmo tempo, uma antiga potência colonial, para mais ligada a países com uma dimensão muito superior à sua. Estamos, por isso, numa posição deveras original. Por um lado, Portugal ainda recebe alguma ajuda internacional e, por outro, é ele próprio fornecedor de ajuda internacional. Julgo que, em todo o mundo, não haverá nenhum país nesta situação, pelo menos de forma tão clara. Por isso mesmo, a par da nossa participação na CEE e na NATO, temos como prioridade uma relação especial com os países africanos de língua oficial portuguesa. Convém que seja dito que a nossa prioridade é África, até porque, algumas vezes, talvez por necessidade retórica, se tende a dizer que tudo é prioritário, conforme o interlocutor e as circunstâncias. No nosso caso, tem de ser dito que a prioridade é África: é essa a posição que temos defendido na cena internacional.

PRELO — *Quando diz África, está só a referir-se aos chamados PALOPs?*

J. D. B. — Sobretudo a esses. Mas é de notar que a posição portuguesa é esperada e respeitada em muitos outros países, como tenho tido ocasião de verificar, e penso que há aí um campo favorável de projecção dos nossos interesses, tendo, como é evidente, também em conta os interesses dos países em questão.

O que acontece é que se dá aqui uma coincidência feliz, pois é também essa a prioridade estabelecida pela Comunidade Europeia. A zona do mundo com a qual a CEE mais tem intensificado a cooperação é precisamente a África ao sul do Sara. E aí Portugal tem um papel que já está a desempenhar e que vai desempenhar ainda com maior importância no futuro próximo.

PRELO — *A Espanha, no entanto, constitui uma excepção, visto privilegiar a cooperação com a América Latina. Qual é a atitude portuguesa em relação a esta zona, tendo em consideração os laços históricos com o Brasil?*

J. D. B. — A posição da Espanha é natural, visto estar muito ligada culturalmente a todos os países da América Latina e não ter ligações, pelo menos ao mesmo nível que Portugal, aos países africanos. Daí ser levada a pretender uma reorientação das relações externas da Comunidade.

Nós, pelo nosso lado, também estamos a favor de um reforço da cooperação com a América Latina. Aliás, o alargamento da CEE de dez para doze países foi apresentado pela própria Comunidade como factor de incremento das suas relações externas, não só por aquilo que trazia de novo ao relacionamento com África, mas também com a América Latina. Ora, a posição portuguesa também tem importância neste segundo vector, dando-se mesmo o caso curioso de a nossa relação privilegiada na América Latina ser com o maior país da região — o Brasil —, o qual, só por si, é quase um continente. Claro que os outros países também esperam de nós uma acção mais empenhada. No entanto, e como disse, nem tudo pode ser prioritário ao mesmo tempo.

PRELO — *Referiu que muitos países de África esperam e olham com atenção o papel que Portugal ali venha a desempenhar. Em que medida e em que dimensões julga que esse papel se poderá reflectir, por exemplo, na resolução dos conflitos da África Austral?*

J. D. B. — Por vezes, quanto mais intimamente estamos ligados a uma situação mais dificuldades há em intervir nela. É um paradoxo que existe na acção internacional dos Estados e sobre o qual convirá sempre reflectir. Neste caso, estamos diante de países independentes, pelo que não nos compete procurar ter um papel enquanto ele não nos for solicitado. Tanto o Presidente da República como o Primeiro-Ministro já manifestaram a sua disponibilidade para ajudar a encontrar qualquer tipo de solução de paz, e não nos compete fazer mais do que isso.

Portugal conhece bem aquela região, está bastante a par do que lá se passa e, além disso, a importância da sua actuação tem sido reconhecida por muitos dos países envolvidos. Ainda recentemente, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países de língua portuguesa o fizeram e com especial apreço. Isto para já não referir os membros da Administração Norte-Americana que, há não muito tempo, fizeram o mesmo. Mas nestas matérias, como em muitas outras, não compete aos Estados andarem, por assim dizer, em bicos de pés chamando a atenção sobre si próprios. Pelo contrário, é conveniente uma actuação tão discreta quanto possível, de modo



a construir pontes para a solução desejada. Além do mais, porque o problema da África Austral se reveste de uma complexidade e de uma dificuldade tais que julgo não estarmos ainda, infelizmente, perto de qualquer solução.

O melhor momento para a cooperação

PRELO — *Voltando agora ao relacionamento de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa, pensa que já se pode falar de uma total ultrapassagem do contencioso político que houve durante anos?*

J. D. B. — Penso que sim. De uma forma geral, será mesmo impossível haver um melhor momento quanto ao nível de relacionamento político entre Portugal e os Cinco.

PRELO — *E no que diz respeito ao relacionamento económico?*

J. D. B. — Nesse capítulo há, evidentemente, dificuldades que persistem. Temos vindo a tratá-las preferencialmente. Ainda agora, como é sabido, e em relação a Moçambique, Portugal adoptou um esquema bastante mais favorável no respeitante à dívida do que aquele que é mais ou menos imposto pelo Clube de Paris. Temos, portanto, mostrado uma compreensão muito especial pelos problemas de ordem financeira desses países. E julgo que temos de fazer esse gesto, que é, aliás, apreciado e reconhecido.

PRELO — *Um outro aspecto importante nesta questão é a atitude dos agentes económicos. Qual é a sensibilidade que tem encontrado, por exemplo, nos meios empresariais portugueses face à cooperação?*

J. D. B. — Julgo que há, da parte deles, neste momento, um interesse mais fundamentado e um entusiasmo mais racionalizado. Está definitivamente a passar a fase dos intermediários, que não serviram esses países nem serviram Portugal e que, por vezes, procuraram até, por via política ou partidária, monopolizar as relações económicas de Lisboa com África. Essa fase está praticamente terminada e, deve dizer-se, graças sobretudo à acção dos países em causa, que perceberam que isso não era do interesse do seu próprio desenvolvimento nem das suas relações com Portugal.

Hoje em dia estamos a encontrar grupos económicos, tanto ligados ao sector público como ao sector privado, grupos respeitáveis e sérios, que se interessam sinceramente por África, embora com algumas dificuldades que convém não escamotear e que têm fundamentalmente a ver com o problema da segurança. É claro que este aspecto tem de ser tido em conta, se bem que não seja obrigatoriamente impeditivo do reforço da cooperação a nível económico.

Existem, por outro lado, graças ao financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento e outras fontes internacionais, excelentes oportunidades de negócios a que os meios empresariais portugueses, de uma forma geral, têm reagido positivamente. Portugal é, no momento actual, um dos países com maior nível de aproveitamento, na África Austral, do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Estamos nos primeiríssimos lugares nessa matéria, o que mostra que existe da nossa parte a necessária competência e a capacidade para nos servirmos desses fundos multilaterais, sem esquecer, evidentemente, o interesse dos países que recebem essa ajuda. Desde que os concursos sejam sérios e a competição seja leal, as empresas portuguesas estarão sempre nos primeiros lugares nesses países.

PRELO — *Até que ponto esta nova fórmula constitui uma alternativa à cooperação trilateral que, ainda há bem pouco tempo, era considerada como a chave da solução para o problema, muito embora pudesse colocar Portugal no papel de simples fornecedor de serviços mais ou menos especializados?*

J. D. B. — A cooperação trilateral deve continuar como uma das vias possíveis e há casos de sucesso desse tipo de acções. No entanto, entre essa fórmula e a cooperação através de fundos multilaterais é, regra geral, de preferir a segunda hipótese.

A prioridade das prioridades

PRELO — *Não falámos ainda do problema da língua portuguesa, que é talvez o mais importante em matéria de cooperação. Muito resumidamente, que acções estão em curso para enfrentar a situação actual?*

J. D. B. — *Aí está uma das prioridades de que falávamos a princípio. Dentro da nossa cooperação com os países africanos de língua portuguesa, consideramos, efectivamente, que essa é a primeira das prioridades, mesmo antes de outros sectores importantíssimos, como são, por exemplo, a saúde ou a formação profissional. E por uma razão compreensível: trata-se daquele domínio em que a participação de Portugal é, por assim dizer, insubstituível e para a qual esses países dificilmente encontrarão as alternativas que, em outros sectores, poderão eventualmente ser encontradas.*

Há muitas acções em curso, desde o envio de cooperantes para a formação na área da língua portuguesa até à concessão de bolsas de estudo para especializações na mesma área. Mas, entre as mais importantes, gostaria de salientar:

1) A criação da televisão na Guiné-Bissau, que envolve um investimento de 300 000 contos, quase todo suportado pelo Estado Português.

2) O projecto de instalação de uma rede de televisão em Moçambique, já prometida ao respectivo Governo, dado que, actualmente, só existe um pequeno centro experimental em Maputo.



Se não fosse o português, o que é que haveria em comum a unir populações cujo Estado é de construção ainda muito recente? Foto UNICEF.

3) A análise de idêntico pedido feito por São Tomé e Príncipe. Escusado será dizer que os meios áudio-visuais podem ter nestes países um papel extremamente importante em relação à língua portuguesa, não só para a sua generalização, mas também para a própria aprendizagem.

4) A aquisição do programa norte-americano conhecido pela designação de «Abre-te Sésamo», que estamos a adaptar para oferecer aos Cinco, representando também um investimento considerável.

5) O apoio em matéria de jornalismo — agências e rádio.

6) O apoio em matéria de fundos bibliográficos, um projecto que ainda não foi aprovado mas está em vias de o ser e que se destina a estabelecer uma rede permanente de envio de livros, mas com a garantia de que entram num sistema completo de difusão: bibliotecas, escolas, etc.

No essencial, são estas as acções em curso. Devo, no entanto, dizer que não estamos de maneira nenhuma satisfeitos. Há problemas ainda, nomeadamente no que diz respeito à formação de formadores. Julgo que em breve haverá uma muito maior disponibilização de recursos humanos e de primeira qualidade, pois não podem ir apenas profissionais de segunda escolha trabalhar nestes sectores.

PRELO — *Estará totalmente afastado o risco de virem outras línguas a impor-se dominantemente nesses países?*

J. D. B. — Não podemos também ter a ilusão de que esses países se têm de fechar a outras línguas. . .

PRELO — *A questão é saber se o português pode ou não deixar de ser a língua dominante, oficial, se quiser.*

J. D. B. — Não tenho a menor dúvida que é do interesse desses países que o português continue a ser a sua língua oficial, pois aí reside um dos aspectos principais que definem a sua identidade nacional. Se não fosse o português, o que é que haveria em comum, para além da luta anticolonial, unindo populações cujo Estado é de construção ainda muito recente e que estão por vezes incluídas em áreas geopolíticas e geoeconómicas que nada têm a ver com a expressão portuguesa? Por isso também é que, em primeiro lugar, me tenho sempre furtado à ideia de que Portugal é dono da língua portuguesa: não o somos, nem temos de andar a fiscalizar a sua utilização; em segundo lugar, nunca apresento este problema como algo que nós pedimos aos Cinco, pois é evidente que o interesse é deles próprios. Angola, por exemplo, tem na Constituição que a sua língua oficial é o português, coisa que não sucede na Constituição Portuguesa.

Por tudo isto, e tendo em atenção que esses países estão interessados na difusão do português, de tal maneira que os passos dados neste domínio após a independência — há que reconhecê-lo — foram muito mais largos que os passos dados quando havia a presença colonial, vamos continuar a oferecer todo o apoio, dentro das nossas disponibilidades.

PRELO — *Para terminar, como é que vê a hipótese de a cooperação com alguns desses países vir a traduzir-se também em termos militares?*

J. D. B. — Tratando-se de países, como é o caso de Moçambique, cuja primeira necessidade é a segurança, países com imensas possibilidades mas que, por essa razão, não as têm conseguido desenvolver, mal iríamos se estabelecêssemos relações de amizade e grande cooperação sem atendermos a essa necessidade. Temos vindo, por isso, a ultrapassar alguns tabus, algumas feridas e traumatismos recentes, e já estamos a dar resposta a vários pedidos na área da cooperação militar apresentados por Moçambique, cooperação que vamos, com certeza, intensificar.

Perspectivas

Sob esta designação, transcrevemos extractos de dois artigos e de uma entrevista com o ex-Presidente Léopold Sédar Senghor inicialmente publicados na revista The Courier, n.º 100, Novembro-Dezembro de 1986. Aos depoimentos de autores portugueses vem, assim, acrescentar-se a perspectiva a partir de outras latitudes e, sobretudo, a partir de outras informações.

Cooperação cultural ACP-CEE

por Marie-Hélène Birindelli

«Cooperação cultural» foi a expressão que os negociadores de Lomé III escolheram para designar um dos domínios da cooperação entre os ACP e a CEE. Mas é preciso ler os próprios textos para perceber o que ela de facto significa. A cultura é aí tomada em sentido amplo, não apenas como literatura e belas-arts, mas como o conjunto das características sociológicas que constam do artigo 117 da Convenção: «[...] sistemas de valores, tipo de vida, modo de pensar e conhecimentos, materiais e estilos, métodos de aquisição e transmissão de informação, interacção entre o homem e o ambiente que o rodeia.»

Assim, em Lomé III, a «cooperação cultural» cobre dois aspectos — ter em conta a dimensão cultural dos projectos e programas de desenvolvimento e fomentar a identidade cultural. Mas o importante é que eles estão ambos estreitamente ligados e fazem parte integrante dos objectivos gerais de desenvolvimento da Convenção. Tal como não se pode separar as diferentes facetas de um diamante, também não se podem separar os diferentes aspectos (económico, social e cultural) de um sistema de desenvolvimento. A novidade em Lomé III não é o aspecto cultural — ele sempre existiu, além de que um sistema não pode ser neutro do ponto de vista cultural. A novidade é que o aspecto cultural vai ter, a partir de agora, de ser tomado em conta, ao mesmo tempo que a promoção da identidade cultural passa a ser considerada um meio de desenvolvimento. Deste modo, a Convenção liberta-se da ideia simplista segundo a qual o desenvolvimento é apenas económico e a dimensão cultural não passa de algo acessório e com relativa importância.

Lomé III regressa, portanto, às origens — o Tratado de Roma. Talvez muita gente já tenha esquecido, mas o artigo 131 do Tratado diz que o objectivo da cooperação é «o desenvolvimento económico, social e cultural» dos parceiros. Lomé III limita-se a inverter a ordem dos factores quando diz que o objectivo é «fomentar e permitir o desenvolvimento económico, cultural e social dos países do ACP» (artigo 1).

Que se terá então passado entre o Tratado e Lomé III? Que dizem, na realidade, os actuais textos e quais as consequências para as relações entre o ACP e a CEE?

Do Tratado de Roma a Lomé III

Em todas as convenções entre a Comunidade Europeia e os seus parceiros em matéria de desenvolvimento, desde o Tratado de Roma, se inclui o termo «cultural» ou «sócio-cultural». Na introdução da Convenção de Yaoundé I, por exemplo, fala-se de um esforço comum necessário ao «progresso económico, social e cultural». Em Lomé I, a ideia era melhorar o nível sócio-cultural das populações e, em Lomé II, o desenvolvimento sócio-cultural do mundo rural. O importante é saber se estas disposições deram frutos ou não passaram de letra morta. No que se refere à questão social, nem vale a pena falar. Centenas de escolas primárias e pequenas dependências rurais bastam para o provar. Mas no que respeita ao plano cultural, teremos de recuar um pouco e fazer a distinção entre os projectos culturais e os aspectos culturais de outros projectos. Claro que é impossível fazer um balanço rigoroso do que foi a inclusão da cultura em projectos de desenvolvimento. Nos últimos 25 anos, milhares de projectos e programas foram lançados neste sector e, embora seja possível transformar dados cronológicos e financeiros em estatísticas, não é tão fácil avaliar as consequências a nível cultural. No entanto, se examinarmos os relatórios existentes sobre implementação e avaliação, vemos que, em alguns casos, se tomaram em conta os aspectos culturais, embora não de um modo sistemático, e, o que é importante, existe uma certa relação entre os projectos que foram bem sucedidos e os que se basearam na atenção dada às condições humanas existentes onde foram aplicados. Por outro lado, os que falharam são projectos e programas de carácter tecnocrático, em que se partiu do princípio de que a população reage mal a projectos de inovação, sem ter em conta as suas crenças, técnicas, conhecimentos, divisão do trabalho ou costumes. [...]

Isto não quer dizer que qualquer tentativa de introduzir tecnologias ou inovações esteja errada. Mas a experiência mostrou que, para a inovação ou transferência de tec-

nologia resultar não se deve fazê-lo de repente, sem qualquer preparação e sem ter em conta as crenças locais e a maneira de ser. Pelo contrário deverá pensar-se muito bem se tem verdadeiramente interesse para aqueles a que se destina, os quais deverão ter uma preparação adequada e gradual para estarem à altura.

Seria um erro pensar que os projectos culturais, em termos da cooperação ACP-CEE, não eram adequados. Lomé e mesmo Yaoundé financiaram, por exemplo, projectos que o artigo 126 considera «estudo e divulgação de conhecimentos ou material áudio-visual para fins de transmissão e alargamento de conhecimentos», no âmbito de «programas integrados» ou projectos de apoio à arquitectura tradicional. Exemplo do primeiro é a 2.^a fase do financiamento EDF (Yaoundé I), em 1969, destinado ao Burkina Faso, para uma campanha a nível nacional de protecção às sementeiras e colheitas, em que se utilizaram meios áudio-visuais — emissões de rádio, a partir da capital, e unidades móveis deslocaram-se às aldeias tendo passado slides e filmes, que depois eram comentados. Exemplo do último é, mais uma vez, o projecto EDF 2, que permitiu a construção de um centro de saúde a nível regional (em 1980, recebeu o Prémio Aga Khan de Arquitectura, que se destina a «obras recentes que contribuem para manter as tradições próprias dos países do Islão num estilo arquitectónico que reflecte as realidades do nosso tempo, a nível social, económico e técnico»). Mas isto são simples exemplos. Há outros, embora fosse um erro dizer que não se encontraram dificuldades ou projectos que se alhearam da situação sócio-cultural, de construção não adequada, inovações demasiado rápidas ou projectos impostos às populações, que nunca os assimilaram.

Cada vez mais, os líderes, preocupados em analisar os aspectos negativos e positivos de tudo isto, aliás como qualquer outro financiador, têm estado atentos ao problema das relações entre cultura e desenvolvimento. No caso do ACP-CEE, estas relações têm sido objecto de estudo especial nos últimos dez anos por um conjunto de instituições que Yaoundé criou e Lomé subscreveu, nomeadamente a Assembleia Consultiva do ACP-CEE. Em 1977, o representante do Senegal, Guillaibert, sugeriu que a futura convenção (Lomé II estava a ser negociada) deveria incluir um capítulo sobre questões culturais. O debate não

terminou a tempo, mas continuou na Assembleia e num grupo de trabalho que a Comissão Mista criou e, em 1979, nomeou-se relator Raymond Chasle, o representante da Mauritània em Bruxelas. Este apresentou três relatórios consecutivos, entre 1981 e 1983, que deram origem às re-

soluções da Assembleia Consultiva. Em grande parte, o conteúdo destas resoluções consta dos textos que os negociadores discutiram em Lomé III. O Parlamento Europeu também tratou o tema e o seu relator, o deputado italiano Narducci, apoiou muitas das ideias dos relatórios de Chasle.

Estavam criadas as condições para se incluírem em Lomé III textos sobre a cooperação cultural. Deve-se acrescentar que a sua inclusão se fez a pedido dos negociadores do ACP, sob a direcção de Raymond Chasle, de acordo com o grupo europeu, depois de sessões de trabalho que por vezes foram difíceis.

Quais as decisões culturais saídas de Lomé III?

Cooperação cultural ACP-CEE segundo Lomé III

Como já se disse, Lomé III considera o desenvolvimento um fenómeno global, algo específico, que terá de se basear nos próprios «valores culturais e sociais do ACP» (artigo 4), «tendo por fulcro o próprio homem e assentando na cultura de cada povo» (artigo 10), destinando-se a cooperação a «promover as várias identidades culturais (ACP)» (artigo 114).

O capítulo VIII da 2.ª parte da Convenção associa a cooperação cultural à cooperação social. As disposições de ordem especificamente cultural constam de dois capítulos diferentes — ter em conta o aspecto cultural e social (artigos 116 e 117) e promover a identidade cultural (artigos 125-128) —, enquanto um outro capítulo, intitulado «Para desenvolver os recursos humanos», se refere a uma acção de carácter mais social (artigos 118-124), ou seja, formação, investigação, informação e saúde, e duas questões especiais que têm a ver não só com o social mas com o cultural — participação da população e condição feminina.

No entanto, a acção sócio-cultural tem os seus limites, que constam do artigo 115, onde se diz: «Os projectos de cooperação cultural e social deverão ser orientados de



acordo com as normas e processos expostos no capítulo III. Deverão ter em conta as prioridades e objectivos que constam dos respectivos programas ou no âmbito da cooperação regional, de acordo com as suas próprias características.»

Várias perguntas se colocam, que têm a ver com os aspectos práticos destas disposições. Assim, no que se refere ao aspecto cultural:

- Em que fase da cooperação se deverá ter em conta o factor cultural?
- E em que sectores?
- Quais os factores culturais a contemplar?
- Ter em conta o factor cultural significa manter o *status quo*?
- Quem se deverá encarregar dele?
- Comporta despesas extra?

O artigo seguinte sobre o aspecto cultural do desenvolvimento inclui um debate na generalidade e alguns exemplos tirados da experiência do auxílio bilateral holandês. A seguir, vêm as linhas gerais de orientação a que a Comissão recorreu e alguns estudos-tipo dos vários aspectos das relações entre a cultura e os projectos e programas de desenvolvimento.

Promover as várias identidades culturais é um domínio vasto, impossível de tratar aqui exaustivamente. O suplemento especifica as áreas, condições e meios de financiamento de Lomé III neste domínio. Na 2.^a parte, o *dossier* define as características culturais dos parceiros ACP-CEE e, depois, detém-se em duas questões específicas — instituições culturais e defesa da herança cultural —, apresentando-se, para ambas, exemplos característicos a vários níveis dos sectores público e privado.

Consequências da cooperação ACP-CEE

Seria um erro assimilar cooperação cultural ACP-CEE a cooperação cultural bilateral.

Em primeiro lugar, é evidente que o conceito de expansão (ou continuidade) linguística está ausente das relações ACP-CEE. E — o que é mais importante — o âm-

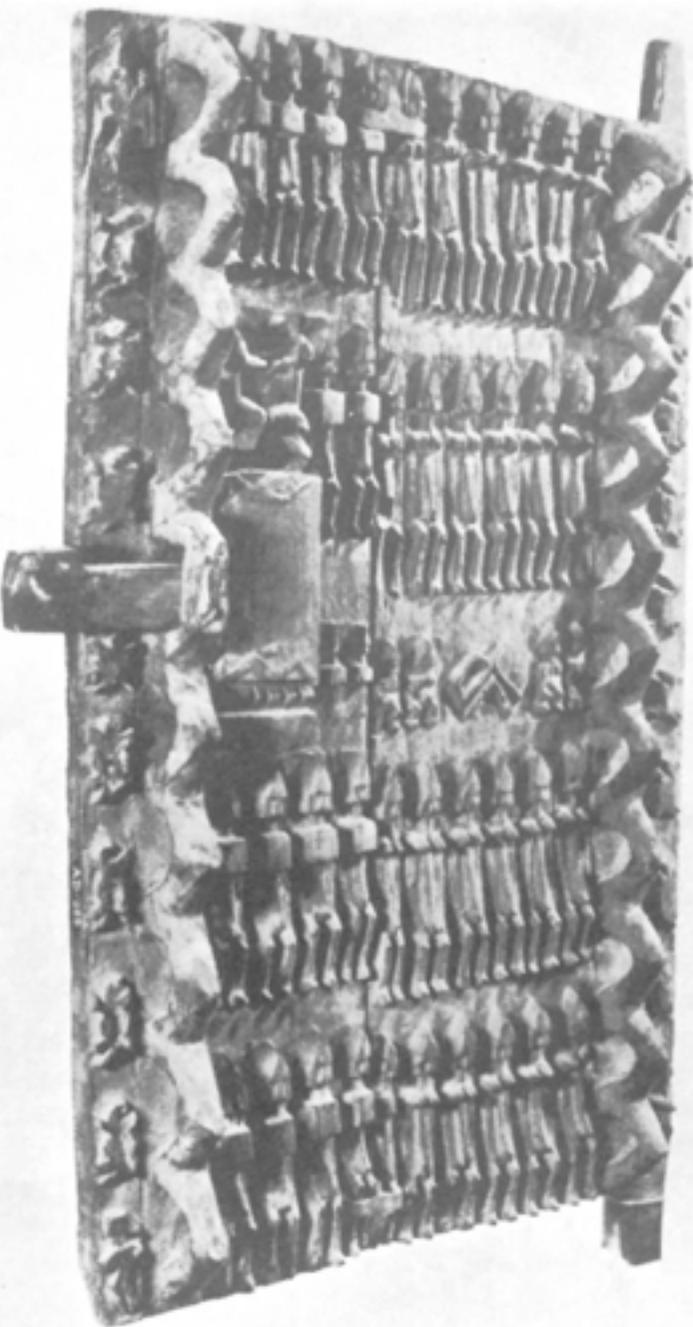
bito é muito mais vasto. A acção cultural pode apelar para uma vasta gama de conhecimentos e experiência que um projecto nacional teria dificuldade em igualar. Quando se trata de promover as várias identidades culturais, o «mercado» europeu é vasto e variado na sua potencial procura dos produtos culturais dos ACPs, no comércio, no gosto dos consumidores, etc. Mas, acima de tudo, estas maiores possibilidades significam que a interacção cultural também podia ser maior. Muitos autores já chamaram a atenção para o facto de que a cultura não vai apenas num sentido, Norte-Sul. [...]

Esta interpenetração tem sido objecto de atenção especial no que se refere à música e à arte (a influência da arte negra nos cubistas, entre outras coisas), se bem que exista noutros domínios, como seja a poesia e mesmo a filosofia. Veja-se, por exemplo, a influência que teve o Sul no pensamento ocidental e nos resultados de estudos sociológicos como os de Margaret Mead e Claude Lévi-Strauss. Algumas pessoas foram até mais longe e viraram-se para os valores e culturas tradicionais dos países em vias de desenvolvimento, por pensarem que aí reside a resposta para a crise de civilização no Ocidente. Claro que isto implicaria, no Norte, um melhor conhecimento dos valores tradicionais do Sul — o que nos remete para a questão mais vasta da promoção cultural.

E, embora se assista a uma espécie de imitação da cultura dos países industrializados em certos países e em certos círculos (muitas vezes alimentada pelos *media*), existem igualmente outras tendências. Verifica-se um regresso à «autenticidade», dando-se maior importância ao passado pré-colonial, à reabilitação de certas ciências e processos, como a medicina e a farmacopeia tradicionais, etc.

Mas a interacção cultural, onde existe, não é necessariamente nem totalmente destrutiva. Como disse Iba Der Thiam (Senegal), «as exigências do mundo moderno não pretendem que se renuncie simplesmente a certos aspectos da nossa cultura. Acho que é perfeitamente possível a África abrir as portas à civilização tecnológica dos nossos dias, sem ter de renunciar a certo tipo de habitação urbana ou organização familiar, antigas formas de governo nacional ou local, ou ainda a certos modelos de solidariedade e valores que têm a ver com a educação.»

O debate continua em aberto. [...]



A responsabilidade das elites nacionais

por Amadou Traoré

Por uma estranha coincidência, quase toda a gente, nos nossos dias, se julga com direito a falar de cátedra sobre cultura africana. Sem qualquer espécie de problemas. E cultura, é claro, no singular, não no plural, já que não hesitam em meter no mesmo saco diferentes manifestações culturais — um batuque num recanto distante do Senegal, por exemplo, e uma máscara de madeira de Brazzaville, que dizem ter sido feita pelos métodos genuínos de há muito consagrados, e ainda o som suave de um *griot* num concerto em Paris — e chamam a tudo isto autenticidade... com todo um rol de pormenores sobre a harmonia que existe entre o homem africano e os elementos ou entre os vivos e os mortos. Como se fosse muito natural misturar uma tela de Rubens, uma dança dos cossacos e a festa da cerveja em Munique, só porque todos se reclamam do mesmo continente.

Algumas pessoas já perceberam há muito até que ponto é possível tirar partido de uma situação como esta — e não estamos a falar só de médiuns, videntes e magos, que encham de pequenos anúncios as revistas, mas dos estudantes da África negra que vão estudar para as universidades da Europa e Estados Unidos. A única coisa de que todos eles precisam é de um tema de tese em qualquer aspecto da «cultura incógnita» que é a africana, para que o seu trabalho seja avaliado pelo método e não pelo conteúdo. O que não quer dizer que não interesse. Os pro-

fessores sabem muito pouco do assunto. É fácil encontrar professores competentes para acompanharem um trabalho sobre o papel, por exemplo, da ética profissional dos protestantes durante a Revolução Industrial na Europa, mas quando se trata de falar da importância do dialecto bambara na obra de Djeli Baba Cissoko, o conhecido contador de histórias do Mali, e compará-lo com a linguagem quotidiana, então sim, pode-se dizer que há problemas. Não são, no entanto, só os estudantes africanos que se aproveitam deste facto, visto que eles têm sido por toda a parte imitados por peritos que passaram alguns anos numa capital africana e se tornaram especialistas em tudo, levando o ideário da cultura africana até mesmo àqueles que não estão interessados. E a esses espera-os um futuro risonho, pois a cultura passou a fazer parte integrante dos projectos de desenvolvimento. Porque quem poderá dizer o que é ou não culturalmente válido, senão eles? E, como me dizia recentemente muito a sério um sociólogo africano, meu amigo e espírito brilhante, muitos ocidentais têm complexos de culpa em relação aos Africanos, complexos que fazem parte do inconsciente colectivo, porque os seus antepassados, com a sua acção, não deixaram ir para a frente o progresso autónomo, económico, cultural e técnico, da África. Só para evitar que os acusem de etnocentrismo ou de serem detractores da cultura de outros povos, estão prontos a aceitar seja o que for, desde que lhes digam que tem um profundo significado esotérico, com um imperceptível encolher de ombros e um simples «porque não?»

O mito

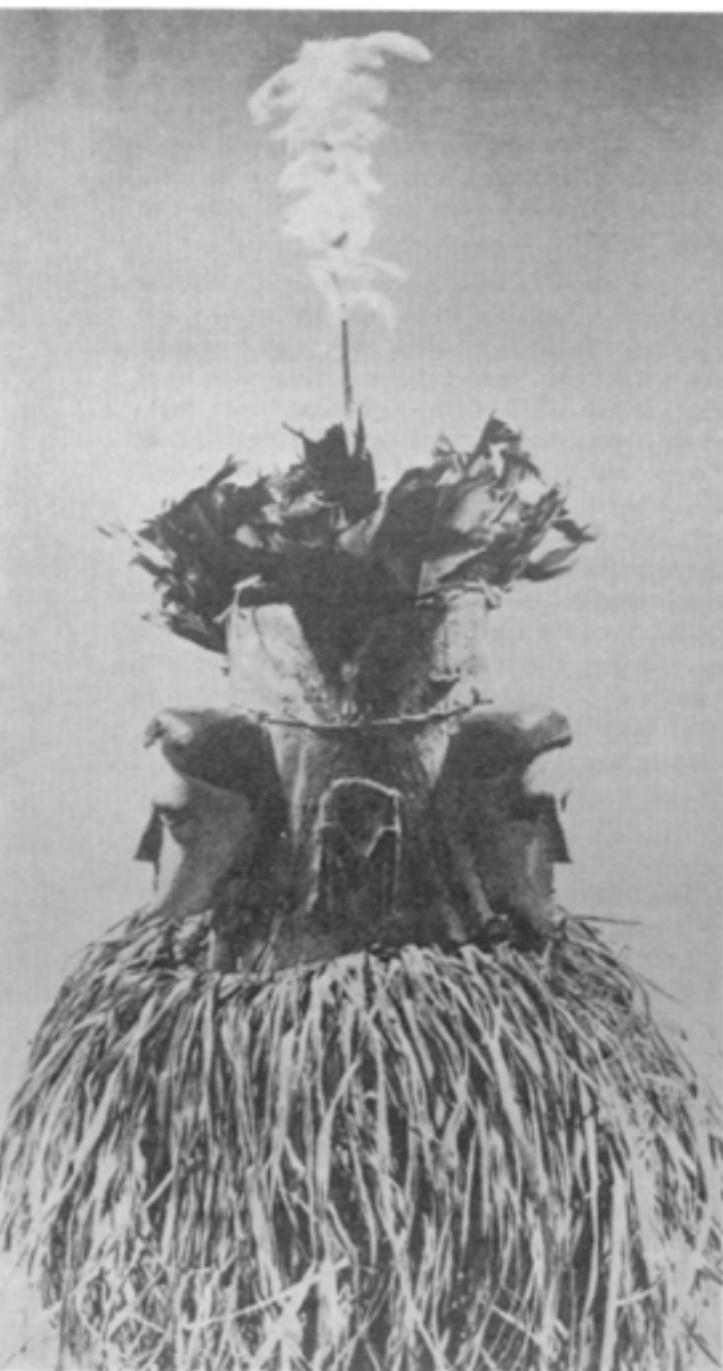
E ouviram certas histórias tantas vezes que acabam por acreditar nelas, muitas vezes repetindo-as a si próprios mecanicamente, sobretudo se tiverem um sabor de verdade. E é essa a ideia quando se fala do *griot*, guardião da tradição e defensor da história dos povos que têm uma tradição oral. Alex Hailey, o americano negro autor de *Raízes*, não demonstrou o valor destes incomparáveis contadores de histórias, graças aos quais pôde reunir os ramos dispersos da sua árvore genealógica através dos séculos e dos mares? Todavia, sem querer negar a importância da

tradição oral da investigação histórica, é preciso reconhecer que, apesar de o grande trovador ainda não ter de todo desaparecido, a sua versão moderna, os que se dedicam ao teatro, pelo menos, não tem nada a ver com eles. E todas as semanas se publica qualquer coisa a garantir o contributo inestimável que eles constituem para preservar a herança cultural de África. Não há nada menos exacto. Há muito tempo que eles adaptaram os antigos cantos às pretensas proezas dos príncipes e homens de finanças do momento... sem falar dos lucros secretos de certas instituições.

Esta história é bem reveladora. Uma tarde de Agosto, estava eu a beber um chá forte de hortelã-pimenta, de que gosto muito, no jardim da minha casa, quando ouvi uma coisa na rádio que me deixou estupefacto. Uma cantora que conheço, e que fez espectáculos para trabalhadores imigrantes da região de Paris, foi aos estúdios da Radio France. A locutora começou a fazer um grande elogio da canção, que fala do «menestrel que guardava o templo», e depois, para ilustrar o que estava a dizer, pôs um disco desta grande cantora (e era de facto uma grande cantora). Tratava-se de uma canção que falava da lotaria nacional do Mali.

Não se pode censurar a locutora. Ela não fala o bambara. Mas embora a intenção fosse boa, ela ajudou a alimentar o mito (e em minha opinião é disso que se trata) dos *griots* como guardadores da memória dos povos, porque muitas vezes eles não passam de actores, alguns deles de talento, e não há mal nenhum nisso. Os estrangeiros talvez não se dêem conta de que, na África Ocidental de expressão francesa, a frase «parecer um rouxinol (*griot*)» significa muito simplesmente lisonjear alguém em benefício próprio!

O mito poderá manter-se durante mais algum tempo. Tudo indica que sim. Os empresários encarregam-se disso. Acaso já repararam que os maiores representantes da cultura africana, do actor Kora à bailarina do Crazy Horse, até mesmo aos grandes modelos da alta costura parisiense, são todos descendentes directos de grandes reis e chefes e todos foram iniciados nos ritos tradicionais de África, em cerimónias de que prometeram guardar segredo? Engraçado, não é?



Convencer as elites

Mas voltemos à cultura africana. Um dos temas mais focados são as raízes culturais. Mas quantos estarão dispostos a reconhecer que, embora exista realmente um problema de identidade cultural, eles e a pequena minoria influenciada por outras culturas são os únicos verdadeiramente afectados por esse facto? A grande maioria dos Africanos têm uma única cultura e não se sentem minimamente desenraizados, como lhes pretendem fazer crer [...]

Os peritos estão sempre a dizer que os países estrangeiros, sobretudo no Ocidente, abrem as portas de par em par à cultura africana... como se o reconhecimento internacional resolvesse a necessidade de um trabalho em profundidade que é imprescindível, em primeiro lugar e antes de mais, a nível nacional, a fim de a reabilitar. A menos, claro, que pensem que o prestígio internacional lhes permite mais facilmente impor as suas ideias. É difícil resistir à tentação de fazer uma comparação com o que se passa na economia. Há vários anos que os Africanos tentam em vão fazer um novo balanço do modo como o mundo está organizado, económica e financeiramente... esquecendo-se, muitas vezes, de olhar primeiro para o que se passa dentro da própria casa e fazerem, por seu lado, as reformas possíveis, enquanto as mudanças necessárias no plano internacional não forem uma realidade.

Neste momento o mais importante é convencer, não as nações estrangeiras, mas as elites nacionais (incluindo os tais peritos), do valor da cultura africana e de tudo o que ela significa. Por exemplo, quantos, entre as classes dominantes na África de expressão francesa, gostariam que os seus filhos fossem educados na língua do seu país? É isto apesar de há muito ser evidente que as crianças aprendem melhor e mais depressa se lhes ensinarem na língua materna.

Não é menos evidente que esta reabilitação cultural passa por as aulas serem dadas em línguas africanas. No entanto, gerações inteiras de alunos da Guiné deixaram o país para não terem de estudar em fula, mandinga ou sousson, e partiram para frequentar escolas em francês. Aliás, uma das primeiras decisões do novo regime de Conakry foi afrancesar inteiramente as escolas. O que dá que pensar

a todos aqueles que gostam de encher a boca de discursos sobre a cultura africana.

Renome internacional

A cultura tem tanta falta de recursos como qualquer outro sector. Por conseguinte, não seria melhor gastar o pouco dinheiro que existe e fomentá-la a nível interno, em vez de o desperdiçar em campanhas de utilidade duvidosa no estrangeiro, que poderão sempre ser feitas quando as bases do país estiverem melhor alicerçadas? É isso o que em primeiro lugar me pergunto e cuja resposta é óbvia. A política de desporto da China contém bons ensinamentos para nós. Durante muito tempo, a China esteve ausente das competições internacionais, mas fez grandes progressos, tendo estabelecido o *record* de salto em altura assim que consolidou as suas actividades desportivas a nível nacional.

Outra questão imprescindível que nem as pessoas, nem os países, nem as organizações internacionais podem escamotear é que se deverá dar a primazia à acção cultural. Também neste caso, as pessoas e as organizações há muito deram uma resposta clara. Se necessário, o orçamento para a cultura será o primeiro recurso. Seria interessante saber qual a percentagem dos seus programas que os países do ACP estão dispostos a investir na cultura, agora que enfrentam dificuldades crescentes — mesmo tendo sido os primeiros a defender um capítulo sobre cultura na nova Convenção. Não é preciso ser adivinho para dizer que é muito pouco. Felizmente, há o fundo regional...

Isso não quer dizer que não haja propriamente um combate a travar no plano cultural. É um facto que os escritores africanos têm dificuldade em publicar as suas obras. É um facto que os realizadores de cinema têm dificuldade em sair do gueto das cinematecas para especialistas e, como não podia deixar de ser, os músicos têm dificuldade em gravar discos. Mas será que é diferente a situação em qualquer parte do mundo? E, finalmente, os padrões por que se rege a sua produção merecerão sempre o reconhecimento internacional?

Nem pensar. No entanto, a crítica estrangeira tem o cuidado de não o dar a entender, porque, temendo que a considerem racista ou etnocêntrica, é levada a usar outros critérios para a produção cultural africana. Não será isto racismo ao contrário? Especialmente, quando são os próprios autores a reclamar o direito à diferença de um modo que abre directamente caminho à marginalização e ao gueto.

Felizmente, muitas vezes, a crítica e os editores atribuem a chancela de qualidade a obras que avaliam de acordo com os seus padrões habituais. É regra geral, imagine-se, com grande êxito. Aconteceu há pouco tempo com *Ségou*, a saga de uma família africana, de Maryse Condé. Aconteceu há umas dezenas de anos com *L'Enfant Noir*, de Camara Laye. O que mostra que os Europeus sabem estar abertos ao que desconhecem. O êxito dos filmes de Kurosawa sobre o Japão medieval também é prova disso. Basta que saibamos ir ao encontro deles — se, de facto, estamos interessados — em vez de contribuímos para campanhas de auxílio especial sem haver garantias de que resultam. Por isso, também a nível cultural, é de novo a qualidade e esforço desenvolvido a única coisa que, ao fim e ao cabo, compensa.

De outra forma, estes especialistas da cultura vão ter muito que dizer sobre a influência da escultura africana em Picasso, a influência da África no jazz e o riquíssimo passado cultural do continente (v. Djénné, Timbuctu e as ruínas do Zimbabwe) ou mesmo sobre a origem negra de Pachkin e Alexandre Dumas, para sua consolação. Alguns africanos que andam à procura de motivos para se sentirem orgulhosos talvez não fiquem descontentes com tudo isto — que já deu bom dinheiro a ganhar a muitas revistas. Não serão elas uma prova real de que a «sua cultura» está muito interessada num intercâmbio internacional de ideias? Tanto melhor para eles. No entanto, muitos africanos, com uma ou mais culturas, passam muito bem sem isso. Estão muito bem assim e a última coisa que pediriam eram especialistas que viessem falar-lhes da sua cultura. Estão todos preocupados em acabar o curso. E têm orgulho nesta cultural incompetência...

[Trad. de Isabel Bento]

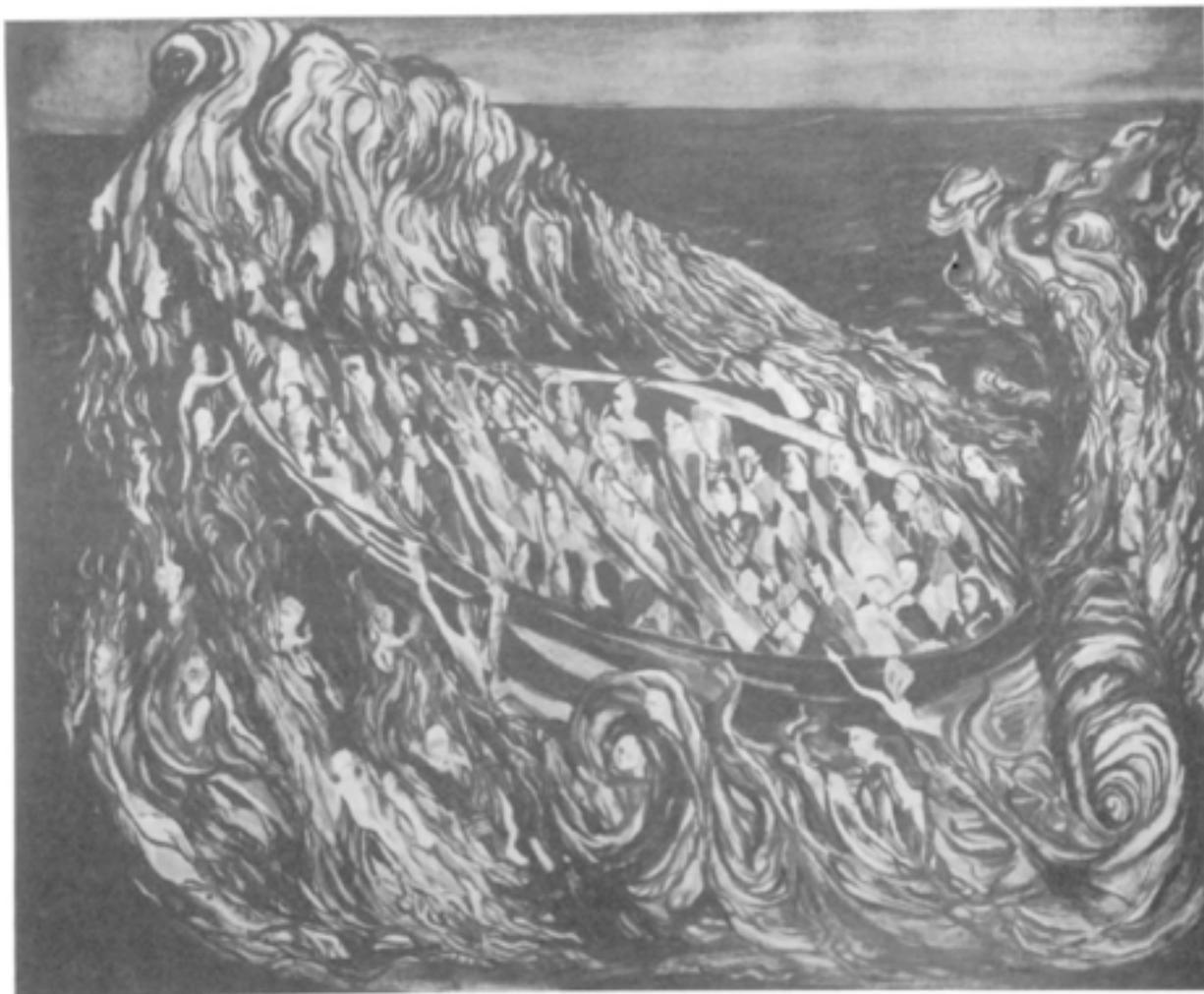
Influência de África na cultura Europeia

— entrevista com Léopold Senghor

— [...] O senhor personifica o que se costuma chamar o diálogo entre culturas. Do seu ponto de vista, em que medida foi possível surgir e desenvolver-se esse diálogo num mundo dividido por conflitos de ordem política, económica, social e cultural?

— Em meu entender, o mais importante é começar por dizer o que está em causa, porque muitos europeus não se dão conta disso. A opinião pública na Europa costuma pensar que nós somos primitivos e que temos muito a aprender com a Europa e a América. Mas as conclusões do primeiro Congresso Internacional de Paleontologia Humana, em Outubro de 1982, permitem dizer que o homem descende do animal, tendo surgido em África há 2,5 milhões de anos e que, até ao Paleolítico Superior, ou seja, há 40 mil anos, a África foi uma civilização pioneira. Ao que parece, continuou

a sê-lo até ao IV milénio, altura em que os Egípcios — Heródoto diz que tinham pele escura e cabelo encaracolado — inventaram a escrita. Depois, foi a vez de os Gregos ocuparem o primeiro lugar entre as civilizações, e a eles se seguiram os Romanos. O francês passou a ser a língua utilizada pelas nações para comunicarem entre si nos séculos XIII e XIV, e continuou a ser até ao fim da I Guerra Mundial, altura em que o inglês conseguiu a supremacia. Em 1889, porém, deu-se uma autêntica revolução cultural, quando o filósofo francês Henri Bergson escreveu o seu *Ensaio sobre os Dados da Consciência Imediata* e Paul Claudel publicou *Tête d'Or*, que se pode considerar o melhor exemplo de simbiose entre poesia e teatro. Desde 1889, a África voltou a estar em foco com a escola de Paris — cujos representantes mais



Desde 1889, a África voltou a estar em foco com a escola de Paris, cujos representantes mais importantes são Picasso, Vieira da Silva... Na gravura, «História Trágico-Marítima», quadro de Vieira da Silva.

importantes são Picasso, Vieira da Silva, Masson e outros —, a qual tem muito a ver com a arte dos negros. E um professor francês em

Dakar, Jean-Claude Blachère, intitulou a sua tese de doutoramento sobre poesia surrealista «O Exemplo dos

Negros», para chamar a atenção das pessoas. Como é sabido, a África, através da América, influenciou a música e a canção na Europa e em

todo o mundo, graças ao jazz. Em suma, os continentes e os diferentes povos do mundo assistiram, desde o início, a este grande diálogo cultural. Chegou a altura de o reconhecer e de lhe dar um sentido.

— Neste momento, a África luta com grandes dificuldades materiais. Será lícito esperar que os líderes africanos, que precisam de resolver estes problemas o mais depressa possível, tenham tempo para considerações de ordem cultural?

— Para mim, e em termos económicos, a África é o mais subdesenvolvido dos continentes. Como remediar essa situação? Em primeiro lugar, os países de África terão de estudar um plano de desenvolvimento económico e social de que a cultura deve fazer parte, a parte mais importante. Durante os vinte anos em que fui Presidente da República do Senegal, por exemplo, atribuímos quase um terço do orçamento à educação, formação e cultura. Para além de termos investido um quarto desse orçamento no desenvolvimento rural, o que nos permitiu aumentar em muito o rendimento *per capita* nesse período.

— Do ponto de vista prático, parece-lhe que as actividades, projectos e programas habituais ligados ao desenvolvimento

deixam tempo às pessoas para o que se chama o aspecto cultural desse desenvolvimento?

— A cultura é muito importante, mas terá de haver um programa coerente e adequado de desenvolvimento cultural. Se quisermos que o diálogo entre culturas seja o que deve ser, cada cultura terá de começar por se afirmar — motivo por que, desde a independência, os países de África têm estado a aprender e a estudar as suas próprias línguas. Mas se soubermos desenvolver-nos em todos os aspectos, teremos ao mesmo tempo de saber abrir as portas às grandes línguas da cultura internacional. E, quanto a isso, considero os países do Magrebe um óptimo exemplo. Na Tunísia e em Marrocos, as crianças aprendem árabe e francês na escola primária. Aqui está um método que todos deviam seguir. As crianças deviam aprender, por exemplo, o francês e a sua língua materna. Foi o meu caso. Tinha oito anos quando fui para a Escola dos Padres do Espírito Santo aprender francês e *serer* ao mesmo tempo. E a escola secundária? Se vírmos outra vez o caso de Marrocos e da Tunísia, eles continuam a ensinar árabe e francês e os alunos têm aulas de ciência e tecnologia como os Europeus e Americanos.

A realidade e os valores tradicionais conjugam-se perfeitamente com o conhecimento, os materiais e a tecnologia vindos de fora. Uma coisa não exclui a outra. Na minha opinião, o ensino é a melhor via

para o desenvolvimento — desde que se continuem a cultivar as línguas nacionais.

— Considera que os meios de informação, a rádio, a televisão e, sobretudo, o cinema são uma ameaça para a cultura dos países em vias de desenvolvimento, em virtude do grande poder que têm de impor os seus conteúdos?

— De maneira nenhuma. Para mim, os meios de informação são um bom veículo do desenvolvimento e são-nos muito úteis. Mas é importante ter em conta a língua em que nos chegam. No Senegal, por exemplo, temos seis línguas nacionais, para além do francês. Não podemos esquecer essas línguas. É preciso aproveitar os ensinamentos dos meios de informação para melhorar o conhecimento técnico dos trabalhadores e agricultores, bem como a formação cultural dos quadros. Não só os programas, mas também as técnicas, são fundamentais. Os meios de informação terão de recorrer tanto ao francês como às línguas nacionais e tentar resolver as grandes questões culturais, económicas e sociais.

— Qual a melhor maneira de dar a conhecer no Ocidente os múltiplos valores e culturas do Terceiro Mundo?

— Por um lado, temos os meios de informação, por outro, o ensino.



A história, e mesmo a pré-história, dos países africanos em vias de desenvolvimento deverá ser ensinada na escola primária, secundária e superior. Tanto os meios de informação como as escolas, a todos os níveis, terão de falar sobre as civilizações africanas, que foram as primeiras a aparecer. O trabalho das escolas é muito importante. Em França, penso eu, já se segue esta orientação. São cada vez mais os autores africanos nas colectâneas de literatura francesa.

— Quais são os principais valores que o Terceiro Mundo transmitiu e poderá ainda transmitir à Europa?

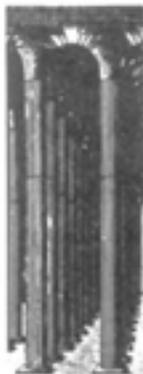
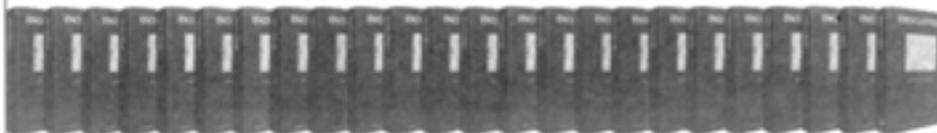
— Começemos pelas artes. Descartes, num dos seus discursos, fala de pensamento, vontade e sentimento, o que quer dizer que para ele a razão discursiva vem antes da razão intuitiva e da sensibilidade. Mas em 1889, como disse, com filósofos como Bergson e poetas como Rimbaud e Claudel, a razão intuitiva e a sensibilidade passam para o primeiro plano. Pense bem o que eles representaram para o movimento simbolista, em que os belgas, Maeterlink, Verhaeren e outros, tiveram um papel preponderante. É aí que se vê bem a importância da África [...]

[Entrevista de Marie-Hélène
Birindelli. Trad. de Isabel Bento]



Actualidades INCM

ENCICLOPÉDIA EINAUDI



Plano de obra

1. Medicina - História
2. Linguagem - Evolução
3. Artes - Temáticas
4. Lógica
5. Antropologia - História
6. Ciências Sociais - Evolução
7. Meio de produção - (Desenvolvimento) (História) (Evolução)
8. Espaço
9. Matemática - Lógica
10. Direito
11. Ciências - Argumentação
12. História - Invenção - Invenção
13. Língua - Comunicação
14. Estado - Poder
15. Ciências - Filosofia
16. História - Comunicação - Cultura - História
17. Literatura - Teoria
18. Ciências - Filosofia - História
19. Ciências - Filosofia - História
20. Filosofia



43

VOLUMES

EDIÇÃO PORTUGUESA



21. Música - Teoria - História
22. Política - Teoria - História
23. Economia - História - Teoria
24. Física
25. Gramática - Teoria
26. Biologia
27. Ciências - Matemática
28. Psicologia - Teoria - História
29. Tempo - História
30. Religião - História
31. Signo
32. Sociologia - Teoria
33. Filosofia
34. Comunicação - Teoria
35. Ciências - Teoria - História
36. Ciências - Teoria - História
37. Ciências - Teoria - História
38. Ciências - Teoria - História
39. Ciências - Teoria - História
40. Ciências - Teoria - História
41. Ciências - Teoria - História
42. Ciências - Teoria - História

A enciclopédia da cultura contemporânea

41 volumes temáticos com 800 conceitos-chave interdisciplinares, que constituem uma rede de referências, relações e conexões e introduzem o leitor ao conhecimento crítico das ideias, dos conceitos e dos problemas de hoje.

A enciclopédia de orientação

que ajuda a ler e a perceber, sem impor respostas definitivas; que ensina a organizar o nosso saber fragmentado e disperso; que se dirige a todos quanto se interessam pelas fontes profundas de cultura e suas transformações.

A enciclopédia do saber de hoje

elaborada com a colaboração de reputados especialistas italianos, franceses, ingleses, soviéticos, americanos, polacos, portugueses.

"Uma imensa revolução no mundo cultural de língua portuguesa"
Eduardo Prado Coelho

"Ao mundo fechado e totalitário das enciclopédias modernas, a Einaudi contrapõe um universo que se pretende tão livre e aberto quanto o desejo e a imaginação do leitor"
Antonio Mota Pereira

"Um dos grandes acontecimentos culturais deste ano (e dos próximos) entre nós. Uma enciclopédia para ler e não apenas para consultar"
Francisco Balsemão

A VENDA NAS LIVRARIAS

IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Magnífica emissão de moedas comemorativas
Série I - À Descoberta de África (1434-1488)

500 Anos dos Descobrimentos Portugueses

Ouro e prata sobre azul



Celebrando a acção pioneira dos navegadores portugueses entre 1434 e 1488, a INCM procede em 1987 e 1988, à cunhagem de 4 moedas comemorativas em ouro, prata e cupro-níquel. Este conjunto constitui a primeira série de um programa de moedas comemorativas inteiramente dedicado aos Descobrimentos Portugueses que se irá prolongar até ao ano 2000 e que testemunhará internacionalmente a importância para todo o mundo, das explorações e descobrimentos dos Portugueses.

MAGNÍFICA OFERTA

A todos os subscritores da coleção Proof de prata e das moedas BNC de ouro, serão cedidas com a terceira moeda um conjunto especialmente fabricado para esta série e que ilustra profundamente o mundo sobre os Descobrimentos Portugueses relacionado com esta primeira série.

BÓNUS ESPECIAL

Todos os subscritores acabados também uma magnífica reprodução «do estilo» do mapa de Henrique Martellus (1489) impresso a 8 cores no formato de 41,5 x 29 cm, cujo original se encontra no British Museum.

Hoje um Valor Amanhã um Tesouro

INCM IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA, E.P.

End. R. D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1000 LISBOA CODEX • Filial R. Marquês Sá da Bandeira, 30 - 1000 LISBOA • R. da Escola Politécnica - 1200 LISBOA Ar. Dr. António José de Almeida (CMM, CMM, CMM, CMM) • R. João de Deus - Loja 104 - LISBOA • Casa Com. das Américas-Loja 2075 - LISBOA • R. Augusto, 54/56 - LISBOA • Av. Pedro de Magalhães, 486 - 1000 COIMBRA • Pt. Guilherme Gomes Fernandes, 54 - 4000 PORTO
Estas espécies numismáticas estarão também à venda em todas as bancas das instituições de câmbio nacional e junto de comerciantes especializados em numismática.

PORTUGALLÆ MONUMENTA CARTOGRAPHICA

Grande acontecimento editorial da INCM
Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Incluído na série

Descoberta do Mundo

ciclo de edições comemorativas dos centénios das grandes navegações portuguesas, de Bartolomeu Dias a Pedro Álvares Cabral (1487-1500)

Reedição em fac-símile compacto da monumental publicação de 1960, acrescida de algumas cartas a cores, entretanto descobertas.

Textos pelos professores Dr. Armando Cortesão e Alm. A. Teixeira da Mota.

Apresentação e actualização pelo Dr. Alfredo Pinheiro Marques, da Universidade de Coimbra.

Edição bilingue: Português e Inglês.



Com o patrocínio da



COMPANHIA PORTUGUESA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. R. L.

5 VOLUMES E INDEX

Mais de 2300 páginas, com mais de 1500 imagens a sépia e 253 ilustrações a preto e branco, impressas em papel Parelmate de 120 g/m² fabricado pela Parel. Encadernados com inteira de Balaskrin, chagrinado, com ouro na capa e contracapa, no formato 26x36 cm (mancha 23x33 cm).

ÁLBUM A CORES

Contendo as reproduções a cores da edição original no respectivo formato, executadas pela Litografia Portugal, que realizou a edição de 1960.



A cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII!

PORTUGALLÆ MONUMENTA
CARTOGRAPHICA

Inscrição

Nome _____

Profissão _____

Endereço _____

Telefone _____

Verbo por este meio efectuar a minha inscrição para aquisição da obra em epígrafe, que me obriga a pagar na modalidade abaixo indicada (colocar o sinal X no quadrado correspondente à modalidade escolhida):

Pagamento na totalidade do preço de Esc. 70 000\$00 quando da recepção da obra.

Pagamento em 12 prestações mensais, a contar da presente data, para o que junto o cheque n.º _____ sobre o

Banco _____ no valor de 14.000\$00, correspondente à primeira prestação. As restantes serão de 5000\$00.

Pagamento de 30% do valor neste acto de inscrição, e de 40% quando da recepção da obra, beneficiando assim do desconto de 10% sobre o total. Para o efeito junto o cheque n.º _____ sobre o Banco _____

no valor de Esc. 35 000\$00, correspondente ao pagamento inicial.

Na qualidade de Cliente do BCI - Banco de Comércio e Indústria, S.A., beneficiarei de condições especiais

na aquisição desta obra, qualquer que seja a modalidade escolhida, pelo que autorizo debitarem a minha conta n.º _____ para pagamento da obra, e de acordo com a forma de liquidação indicada.

Data: _____ de _____ de 1987

Assinatura

Este boletim, bem como o cheque que eventualmente o acompanhar (à ordem da Imprensa Nacional-Casa da Moeda), deverá ser enviado para:

BCI-Banco de Comércio e Indústria, S.A.
Apartado 2522

1113 LISBOA CODEX

RESERVE JÁ A SUA COLEÇÃO DOS PORTUGALLÆ MONUMENTA CARTOGRAPHICA

Descoberta do Mundo

ciclo de edições comemorativas dos centenários das grandes navegações portuguesas, de Bartolomeu Dias a Pedro Álvares Cabral (1487-1500)

Descoberta do Mundo é um ciclo de edições que não se confina a matérias respeitantes às navegações portuguesas, antes parte delas para apresentar ao público todas as vertentes em que as palavras Descobertas e Descobrimento adquiriram um conteúdo específico a partir da acção dos Portugueses.



Coloquios dos Simples e Drogas da Índia, de Garcia de Orta, 2 vols.
Esc. 4000\$00



Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses.
Esc. 1500\$00



A Épica Portuguesa no Século XVI, de Fialtilino de Figueiredo.
Esc. 1700\$00



História da Índia, no tempo em que a governou o Visorrei Dom Luís de Ataíde, de António Pinto Pereira.
Esc. 1500\$00



Almanach Perpetuum, de Alberto Zacarias.
Esc. 1500\$00



Códice Bartolomeu Lopes, com introdução de Luís de Albuquerque.
Esc. 1000\$00



O Essencial sobre Bartolomeu Dias, por Luís Adão da Fonseca.
Esc. 1000\$00



O Essencial sobre Colombo Colombo e os Portugueses, por A. Triveiro de Almeida.
Esc. 1000\$00



Memórias de um Soldado da Índia, compiladas por A. de Costa Lobo.
Esc. 1000\$00



Portugallae Monumenta Cartographica, 6 vols. e álbum com reproduções a cor. (Edição patrocinada pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi).
Esc. 70 000\$00

Próximos títulos a publicar

- Ásia, de João de Barros.
- Origem e Desenvolvimento da Cartografia Portuguesa, de Alfredo Pinheiro Marques.
- Viagens de Pero da Covilhã, de Conde de Ficalha.
- Informação das Cousas da China. Colectânea de textos do Séc. XVI, de Raffaella d'Intino.

inm IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA, E.P.

...o fim deste estabelecimento he o de animar as Letras, e levantar huma Imprensaõ util ao público pelas suas producções, e digna da Capital destes Reinos.

Alvará Régio de 24 de Dezembro de 1768